



ENRICH IN BRAZIL

Fortalecendo ciência, a inovação e as conexões
de negócios entre o Brasil e a Europa

**Fatos & Figuras: Conheça a União Europeia e
suas indústrias inovadoras**



ENRICH is an initiative of the European Union, executed in Brazil by the CEBRABIC project, that has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 733531. Responsibility for the information and views set out in this publication lies entirely with the authors.



Fatos & Figuras: Conheça a União Europeia e suas indústrias inovadoras

Conteúdo

1. INTRODUÇÃO	4
2. FATOS E NÚMEROS INDIVIDUAIS	6
Alemanha	6
Áustria.....	7
Bélgica.....	7
Bulgária.....	8
Chipre	9
Croácia	10
Dinamarca.....	11
Eslováquia	12
Eslovênia	13
Espanha	13
Estônia	14
Finlândia	15
França	16
Grécia.....	17
Hungria.....	18
Irlanda.....	19
Itália.....	20
Letônia	21
Lituânia	22
Luxemburgo.....	23
Malta	24
Países Baixos	25
Polônia.....	26
Portugal	26
Reino Unido	27

República Tcheca	29
Romênia	29
Suécia.....	30
3. CONDIÇÕES SOCIOCULTURAIS DA UE	32
4. CONDIÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA UE.....	35
5. OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS E PESQUISA NA UE.....	39
6. ABRINDO UMA ENTIDADE DE NEGÓCIOS NA UE.....	49
7. FINANCIAMENTO PARA NEGÓCIOS E PESQUISA	51
8. REQUISITOS PARA VISTOS	55
9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	58

1.INTRODUÇÃO

A Europa pode ser considerada o berço da civilização ocidental. Conhecida como "o velho continente", vários de seus países constituintes espalharam sua cultura, idioma, e tradições para todo o mundo. Esse, no entanto, não foi um processo tranquilo - guerras e disputas internas marcaram esse processo centenário, culminando na Segunda Guerra Mundial, o maior conflito da história. Uma de suas consequências foi a necessidade de criar uma Europa unida, baseada numa aliança econômica entre seus países-membros, de modo a evitar possíveis novos conflitos. A iniciativa, nascida em 1958 como Comunidade Econômica Europeia (CEE), com seis países-membros, prosperou e expandiu seu papel para outras áreas, agregando mais 22 membros desde então. O nome União Europeia (UE), adotado em 1993, reflete esse desenvolvimento, baseado em paz, estabilidade, e prosperidade.

Atualmente, a União é composta por 28 países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia. O euro (€), segunda moeda mais aceita internacionalmente, é a moeda oficial de 19 dos 28 membros da UE. Esses países são conhecidos coletivamente como Zona do Euro.

Em 2017, o PIB da União Europeia foi de US\$ 17,3 trilhões (~€ 14,4 trilhões), o segundo maior PIB nominal do mundo. Além disso, a União Europeia

União Europeia



28 países-membros

511,8 milhões de cidadãos

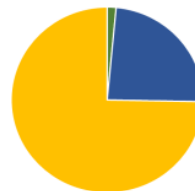


26 milhões
de empresas
ativas



24 idiomas
oficiais

Segundo maior PIB do mundo



Serviços: **74,7%**
Indústria: **23,8%**
Agricultura: **1,5%**

Instituições
democráticas e
transparentes
como seus pilares
centrais

Maior bloco
comercial
do mundo



Figura 1: Fatos-chave sobre a União Europeia (Fontes: UE e Eurostat)

possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,874, um dos maiores do mundo, e mostra números igualmente altos em fatores como comércio exterior e PIB per capita.

Esse cenário próspero, aliado com os princípios básicos da UE, com instituições baseadas em transparência e democracia, é um campo frutífero para iniciativas inovadoras e estado-da-arte. Da mesma forma, ser um mercado único significa que pessoas, produtos, serviços e dinheiro podem

circular livremente dentro das fronteiras da União Europeia, trazendo vantagens para negócios localizados na União. Além disso, por ser uma união econômica, esforços para a harmonização de regras e padrões em todos os países estão em implementação, como em áreas como educação e sistema de saúde. Isso ajuda na redução de custos e burocracia em casos de transição de um país a outro, solidificando ainda mais a integração entre estes.

Apesar da união econômica, os países-membros da UE mantêm sua autonomia para decidir sobre temas como sistemas fiscais nacionais, mercados nacionais separados para alguns produtos e serviços (serviços financeiros, energia, transporte), ou variados padrões de comércio eletrônico (*e-commerce*). Essa autonomia, assim como a diversidade de características econômicas, geográficas, práticas de negócios, idiomas e cultura, leva à necessidade de

compreender as especificidades de cada país, de forma a se planejar o estabelecimento de um negócio na Europa com sucesso.

Sobre este relatório

O relatório "Fatos e Figuras: conheça a União Europeia e suas indústrias inovadoras", do projeto ENRICH in Brazil, foi preparado para fornecer uma visão global sobre a UE e seu cenário de negócios. Ele apresenta informações gerais sobre a UE e seus países-membros, assim como informações sobre condições culturais, políticas, econômicas e financeiras. Além disso, ele fornece conhecimento detalhado sobre as indústrias mais relevantes da União, e sobre como se beneficiar nesse cenário ao estabelecer negócios e parcerias com instituições europeias.



Figura 2: Localização dos países-membros da União Europeia (Fonte: Mapchart.net)

2. FATOS E NÚMEROS INDIVIDUAIS

Alemanha

Capital: **Berlim**



Idiomas oficiais (UE): **Alemão**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 1999

Sistema político¹: República parlamentar federal com um chefe de governo – chanceler – e um chefe de Estado – presidente – cujas responsabilidades primárias são representativas.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **2,94%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **0,6%**; indústria **30,1%**, serviços **69,3%**

Visão geral³: A economia alemã - a quinta maior economia do mundo em termos de PPP e a maior da Europa - é uma das principais exportadoras de máquinas, veículos, produtos químicos e equipamentos domésticos e se beneficia de uma força de trabalho altamente qualificada. Tal como os seus vizinhos da Europa Ocidental, a Alemanha enfrenta desafios demográficos significativos para um crescimento sustentado a longo prazo. Baixas taxas de fertilidade e um grande aumento na imigração líquida são uma pressão crescente sobre o sistema de bem-estar social do país e exigem reformas estruturais.

Reformas lançadas pelo governo do chanceler Gerhard Schröder (1998-2005), consideradas

necessárias para tratar do desemprego cronicamente alto e do baixo crescimento médio, contribuíram para um forte crescimento econômico e queda do desemprego. Esses avanços, bem como um regime de horas de trabalho reduzidas e subsidiado pelo governo, ajudam a explicar o aumento relativamente modesto do desemprego durante a recessão de 2008-09 - a mais profunda desde a Segunda Guerra Mundial. O governo alemão introduziu um salário mínimo em 2015 que aumentou para 8,84 euros em janeiro de 2017.

Os esforços de estímulo e estabilização iniciados em 2008 e 2009 e os cortes fiscais introduzidos no segundo mandato da chanceler Angela Merkel aumentaram o déficit orçamentário total da Alemanha - incluindo federal, estadual e municipal - para 4,1% em 2010, mas gastos mais lentos e maiores receitas fiscais reduziram o déficit em 0,8% em 2011, e em 2017 a Alemanha atingiu um superávit orçamentário de 0,7%. Uma emenda constitucional aprovada em 2009 limita o governo federal a déficits estruturais de não mais de 0,35% do PIB por ano a partir de 2016, embora a meta já tenha sido atingida em 2012. O consumo doméstico, o investimento e as exportações provavelmente impulsionarão o crescimento do PIB alemão em 2018, e os superávits orçamentários e comerciais do país provavelmente permanecerão altos.

Áustria

Capital: **Viena**



Idiomas oficiais (UE): **Alemão**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 1999.

Sistema político¹: República Parlamentarista Federal com um chefe de governo – chanceler – e um chefe de Estado – presidente.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **3,09%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **1,2%**, indústria **28,4%**, serviços **70,4%**

Visão geral³: A Áustria é um uma economia de mercado desenvolvida, com mão de obra qualificada e um alto padrão de vida. É intimamente relacionada com outras economias da UE, especialmente com a Alemanha, mas também com outros países como os EUA, seu terceiro maior parceiro comercial. Sua economia conta com uma alta participação do setor de serviços, um forte setor industrial, e um pequeno porém desenvolvido setor agrário.

Nos últimos anos, o crescimento econômico austríaco se fortaleceu, com um aumento de 2,9% no PIB em 2017. Suas exportações, que representam aproximadamente 60% do PIB, subiram 8,2% em 2017. No mesmo ano, a taxa de desemprego caiu em 0,3 pontos percentuais para 5,5%, nível considerado baixo para padrões europeus, mas ainda assim uma das taxas mais altas desde a Segunda Guerra Mundial, devido ao grande influxo de refugiados e migrantes da EU entrando no mercado de trabalho.

A posição fiscal austríaca é positiva em comparação com outros países da Zona do Euro. Seu déficit orçamentário atingiu um nível baixo, de 0,7% do PIB

em 2017, e a dívida pública reduziu-se a 78,4% do PIB em 2017, após um máximo histórico de 84,6% em 2015. O governo austríaco anunciou que vai atingir o equilíbrio orçamentário em 2019. Riscos externos, como a exposição de bancos austríacos à Europa Central e Oriental, crise dos refugiados e a continuação das tensões entre Rússia e Ucrânia diminuíram em 2017, mas continuam sendo um fator para a economia austríaca. A exposição ao setor bancário russo e a dependência da energia desse país são também considerados como riscos adicionais.

A Áustria elegeu um governo pró-mercado em outubro de 2017 com uma campanha baseada em promessas para reduzir a burocracia, aumentar a eficiência do setor público, reduzir proteções ao mercado de trabalho e fornecer incentivos positivos a investimentos.

Bélgica

Capital: **Bruxelas**



Idiomas oficiais (UE): **Holandês, Francês e Alemão**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 1999

Sistema político¹: Monarquia constitucional federal na qual o rei é o chefe de Estado e o primeiro-ministro o chefe de governo de um sistema pluripartidário.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **2,49%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **0,7%**; indústria **21,8%**, serviços **77,5%**

Visão geral³: A localização geográfica central da Bélgica e sua rede de transportes altamente

desenvolvida ajudaram a criar uma economia diversificada, com uma ampla mescla de transportes, serviços, manufatura e alta tecnologia. Serviços e indústrias de alta tecnologia são concentradas na região de Flandres, ao norte, enquanto indústrias como de carvão e aço concentram-se na região da Valônia, ao sul. A Bélgica é completamente dependente de fontes externas para combustíveis fósseis, e o fechamento de sete usinas nucleares até 2025 deve aumentar sua dependência de energia estrangeira. Seu papel como um eixo logístico regional traz à sua economia uma vulnerabilidade à demanda externa, particularmente com parceiros comerciais da UE. Aproximadamente três quartos do comércio exterior belga é com outros países da UE, e o porto de Zeebrugge é responsável por quase metade de seu comércio com o Reino Unido, deixando a Bélgica vulnerável aos resultados da negociação da saída do Reino Unido da UE.

O PIB da Bélgica cresceu 1,7% em 2017 e seu déficit orçamentário foi de 1,5% do PIB. A taxa de desemprego manteve-se em 7,3%, com valores mais altos na Valônia (9,4%) do que em Flandres (4,4%), devido às diferenças industriais entre as regiões. Sua economia se recuperou amplamente dos ataques terroristas de março de 2016, que impactaram a indústria turística em Bruxelas. O governo de centro-direita do primeiro ministro Charles Michel prometeu continuar reduzindo o déficit público em resposta à pressão da UE para a redução da alta dívida pública (de aproximadamente 104% do PIB), porém tais esforços podem causar uma redução do crescimento econômico. Adicionalmente ao gasto público restrito, um baixo crescimento dos salários e

uma inflação mais alta devem ser um empecilho para uma recuperação mais robusta do consumo.

O governo prometeu reformas para melhorar a competitividade da Bélgica, incluindo mudanças no mercado de trabalho e benefícios sociais. Tais mudanças geralmente tornaram os salários belgas mais competitivos regionalmente, mas trazem riscos como a piora das tensões com sindicatos e o desencadeamento de greves. Em 2017, a Bélgica aprovou uma reforma tributária para reduzir os impostos a empresas de 33% para 29% em 2018, e 25% até 2020. A reforma também incluiu benefícios para inovação e pequenas e médias empresas (PMEs), com a intenção de aumentar a competitividade e o investimento privado.

Bulgária

Capital: **Sofia**



Idiomas oficiais (UE): **Búlgaro**

Moeda: **Lev búlgaro (BGN)**. A Bulgária se comprometeu a adotar o euro assim que atingir as condições necessárias.

Sistema político¹: República parlamentar. O chefe de governo – primeiro-ministro – possui a posição executiva mais poderosa. O chefe de Estado – presidente – possui poderes representativos e poderes de vetos limitados.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **0,78%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **4,3%**; indústria **28,0%**, serviços **67,7%**

Visão geral³: a Bulgária, um antigo país socialista que entrou na UE em 2007, tem uma economia aberta que historicamente demonstrou um forte crescimento, porém sua renda per capita permanece uma das mais baixas entre os membros da UE, e sua dependência de importação de energia e de demanda externa por seus produtos fazem seu crescimento ser sensível às condições de mercados externos.

Seu governo implementou reformas econômicas significantes e estruturais durante os anos 1990, para transformar uma economia centralizada e planejada em uma economia mais liberal e de mercado. Essas reformas incluíram a privatização de empresas estatais, liberalização comercial, e fortalecimento do sistema tributário - mudanças que inicialmente causaram problemas econômicos, mas posteriormente ajudaram a atrair investimento, estimular o crescimento, e melhorar o padrão de vida gradualmente. Entre 2000 e 2008, a Bulgária manteve, em média, um robusto crescimento anual do PIB real, por volta de 6% - seguido por uma grave recessão em 2009, fruto da crise financeira que causou uma contração na demanda doméstica, exportações, influxos de capital e produção industrial. O crescimento real do PIB manteve-se devagar - menos que 2% por ano - até 2015, quando a demanda da UE por exportações búlgaras mais um influxo de fundos da UE para o desenvolvimento aumentaram o crescimento para mais de 3%. Nos anos recentes, uma forte demanda doméstica combinada com baixos preços internacionais de energia contribuíram para o crescimento econômico búlgaro atingir 4%, com uma redução na inflação.

Uma administração prudente das finanças públicas contribuiu para superávits em 2016 e 2017.

Chipre

Capital: **Nicosia**

Idiomas oficiais (UE): **Grego**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 2008

Sistema político¹: República presidencial. O presidente é o chefe de Estado e chefe de governo. Apesar de ter entrado na UE como uma ilha *de facto* dividida, o território integral do Chipre é território da UE.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **0.5%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **2,3%**; indústria **11,0%**, serviços **86,8%**

Visão geral³: A área da República do Chipre sob controle do governo possui uma economia de mercado dominada pelo setor de serviços, que contabiliza mais de quatro quintos do PIB. Turismo, setor financeiro, logística marítima e construção civil são tradicionalmente os setores mais importantes. O Chipre é um membro da UE desde maio de 2004 e adotou o euro como sua moeda nacional em janeiro de 2008.

Durante os primeiros anos de sua associação à UE, a economia cipriota cresceu a uma taxa média de 4% ao ano, com uma taxa de desemprego entre 2004 e 2008 de em média 4%. No entanto, sua economia entrou em recessão em 2009 com a crise financeira global atingindo a demanda pelos setores de turismo



e construção civil. Após vários rebaixamentos de sua avaliação de crédito, o Chipre perdeu acesso a mercados internacionais de capital em maio de 2011. Em julho de 2012, o Chipre tornou-se o quinto país da Zona do Euro a requisitar um programa de resgate junto à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, conhecidos coletivamente como "Troika".

Logo após a eleição do presidente Nikos Anastasiades em fevereiro de 2013, o Chipre entrou em um acordo com a Troika para um resgate de 10,8 bilhões de euros, o que ocasionou um feriado bancário de duas semanas e a imposição de controles de capitais, que se mantiveram parcialmente até abril de 2015. Os dois maiores bancos cipriotas se fundiram e a nova entidade foi recapitalizada através da conversão de grandes depósitos bancários em ações e a imposição de algumas perdas a investidores. Como em outros países da UE, a Troika condicionou o resgate à implementação de reformas financeiras e estruturais, assim como à privatização de estatais. Apesar da redução e reestruturação, o sistema financeiro cipriota continua sofrendo com o grande estoque de empréstimos não-produtivos (non-performing loans) na Zona do Euro, correspondentes à metade de todos os empréstimos. Desde o resgate, o Chipre tem recebido avaliações positivas pela Troika e superou metas fiscais, mas tem problemas em superar a oposição política à legislação imposta pelo resgate, em especial quanto a privatizações. O país emergiu da recessão em 2015 e sua economia cresceu 1,5% no ano, colocando um tom positivo para o fim do programa de resgate em março de 2016. O crescimento se recuperou para 2,8% em

2016 e 3,4% em 2017, ao passo em que a taxa de desemprego se reduziu a 11,8%. A taxa de empréstimos não-produtivos continua alta, em torno de 49%, e o crescimento poderia se acelerar se os bancos cipriotas pudessem acelerar sua resolução.

Croácia

Capital: **Zagreb**



Idiomas oficiais (UE): **Croata**

Moeda: **Kuna croata (HRK)**. A Croácia se comprometeu a adotar o euro assim que atingir as condições necessárias.

Sistema político¹: República parlamentar na qual o chefe de governo – primeiro-ministro – e o chefe de Estado – presidente – representam o poder executivo e o Estado domesticamente e no exterior.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **0,85%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **3,3%**; indústria **34,3%**, serviços **62,9%**

Visão geral³: Apesar de ter sido uma das mais ricas repúblicas da antiga Iugoslávia, a economia da Croácia sofreu muito durante a guerra entre 1991 e 1995. A produção do país colapsou durante esse tempo, e a Croácia perdeu as primeiras ondas de investimento em países da Europa Central e Oriental que seguiram a queda do Muro de Berlim. No entanto, entre 2000 e 2007, a economia croata começou a melhorar com um moderado, porém estável, crescimento do PIB de 4% a 6%, devido a uma retomada do turismo e consumo impulsionado

pelo crédito. A inflação no período manteve-se controlada e sua moeda, a kuna, estável.

A Croácia sofreu uma abrupta desaceleração econômica em 2008; o crescimento econômico estagnou ou até foi negativo em todos os anos entre 2009 e 2014, porém sofreu uma retomada desde o terceiro trimestre de 2014, terminando 2017 com um crescimento médio de 2,8%. Desafios permanecem, incluindo um desenvolvimento regional desigual, um ambiente para investimentos desafiador, um sistema judiciário ineficiente, e fuga de cérebros de jovens profissionais para outros países da UE. Em 2016, a Croácia revisou seu sistema tributário para estimular o crescimento pelo consumo doméstico e investimento estrangeiro. Uma redução no imposto de renda começou em 2017, e em 2018 várias despesas empresariais foram removidas do cálculo desse imposto. No início de 2018, o governo anunciou um plano de reforma econômica, marcado para implementação em 2019.

O turismo é um dos principais pilares da economia croata, abrangendo 19,6% do PIB. O país planeja tornar-se um eixo regional de energia, e está planejando abrir um terminal de regasificação de gás natural liquefeito (GNL) até o fim de 2019 ou começo de 2020 para redistribuição no sudeste da Europa.

Dinamarca

Capital: **Copenhague**



Idiomas oficiais (UE): **Dinamarquês**

Moeda: **Coroa dinamarquesa (DKK)**. A Dinamarca negociou sua exclusão da Zona do Euro e portanto não é obrigada a implementar essa moeda.

Sistema Político¹: Monarquia constitucional. O país tem um sistema parlamentar representativo com um chefe de governo – primeiro-ministro – e um chefe de Estado – monarca – quem oficialmente tem poderes executivos, porém seus deveres são estritamente representativos e cerimoniais. O reino também é composto por dois outros países constituintes autônomos no Atlântico, que não são membros da UE: As Ilhas Faroé e a Groenlândia.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **2,87%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **1,1%**; indústria **23,7%**, serviços **75,2%**

Visão geral³: Essa economia de mercado extremamente moderna possui uma indústria avançada e empresas líderes globais em produtos farmacêuticos, transporte marítimo, e energias renováveis, além de um setor agropecuário de alta tecnologia. Os dinamarqueses possuem um alto padrão de vida, e a economia dinamarquesa é caracterizada pelas amplas medidas de bem-estar social implementadas pelo governo, assim como uma distribuição de renda igualitária. Uma população em processo de envelhecimento será um problema a longo prazo, porém.

A pequena economia dinamarquesa é bastante dependente do comércio exterior, e seu governo apoia fortemente a liberalização comercial. A Dinamarca é um exportador líquido de alimentos, petróleo e gás, e conta com um confortável superávit comercial, mas depende da importação de matéria-prima para o setor manufatureiro.

O país é membro da UE, mas não da Zona do Euro. Apesar de satisfazer os critérios para tal, a Dinamarca negociou sua exclusão da Zona do Euro com a UE e não é obrigada a implementar o euro.

A Dinamarca está experienciando uma expansão econômica modesta. Sua economia cresceu modestos 2,0% em 2016 e 2,1% em 2017, com uma leve desaceleração esperada para 2018. A taxa de desemprego se manteve em 5,5% em 2017, baseada em pesquisas nacionais. O mercado de trabalho se manteve estreito em 2017, com empresas encontrando dificuldades em encontrar mão-de-obra especializada para certas posições. O governo dinamarquês oferece extensivos programas para o treinamento de pessoas desempregadas para trabalhar em setores que precisam de trabalhadores qualificados.

O país manteve um saudável superávit fiscal por muitos anos até 2008, mas a crise financeira global levou a um déficit orçamentário nos anos seguintes. Desde 2014 o orçamento se desloca entre superávits e déficits, com 2017 apresentando um superávit de 1,0%. O governo projeta um déficit de 0,7% em 2018 e 2019, e a dívida pública/PIB deve diminuir para 35,6% em 2018 e 34,8% em 2019. O governo planeja reduzir os crescentes gastos municipais, programas de habitação e gastos de integração em 2018.

Eslováquia

Capital: **Bratislava**

Idiomas oficiais (UE): **Eslovaco**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 2009.



Sistema político¹: república democrática parlamentar com um chefe de governo – primeiro-ministro – que detém o maior poder executivo e um chefe de Estado – presidente – que é o chefe formal do executivo, mas com poderes muito limitados.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **0,79%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **3,8%**; indústria **35,0%**, serviços **61,2%**

Visão geral³: A economia da Eslováquia sofreu um início lento nos primeiros anos após sua separação da República Tcheca em 1993, devido à liderança autoritária do país e aos altos níveis de corrupção, mas as reformas econômicas implementadas após 1998 colocaram a Eslováquia em um caminho de forte crescimento. Com uma população de 5,4 milhões, a República Eslovaca tem uma economia pequena e aberta impulsionada principalmente pelas exportações de automóveis e eletrônicos, que representam mais de 80% do PIB. A Eslováquia aderiu à UE em 2004 e à Zona do Euro em 2009. O setor bancário do país é sólido e predominantemente de propriedade estrangeira.

A Eslováquia tem sido um campeão regional de IDE há vários anos, atraente devido a uma força de trabalho relativamente barata, porém qualificada, e uma localização geográfica favorável no coração da Europa Central. As exportações e o investimento foram os principais impulsionadores do crescimento robusto da Eslováquia nos últimos anos. A taxa de desemprego caiu para mínimos históricos em 2017, e o aumento dos salários alimentou o aumento do consumo, que desempenhou um papel mais proeminente no crescimento do PIB em 2017. Uma

perspectiva favorável para a zona do euro sugere a continuidade de fortes perspectivas de crescimento para a Eslováquia durante os próximos anos, embora a inflação também deva subir.

Eslovênia

Capital: **Liubiana**

Idiomas oficiais (UE): **Esloveno**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 2007.

Sistema político¹: república democrática parlamentar com um chefe de governo – primeiro-ministro – e um chefe de Estado – presidente – que é eleito diretamente. O governo detém autoridade executiva e administrativa. O primeiro ministro e os ministros são eleitos pelo Parlamento.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **2,00%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **1,8%**; indústria **32,2%**, serviços **65,9%**

Visão geral³: Com excelente infraestrutura, mão-de-obra qualificada e localização estratégica entre os Bálcãs e a Europa Ocidental, a Eslovênia tem um dos maiores PIBs per capita da Europa Central, apesar de ter sofrido uma recessão prolongada no período 2008-09 da crise financeira global. A Eslovênia tornou-se o primeiro candidato da UE em 2004 a adoptar o euro (em 1 de Janeiro de 2007) e passou por uma transição política e económica estável.

Em março de 2004, a Eslovênia tornou-se o primeiro país em transição a se graduar do status de mutuário para parceiro doador no Banco Mundial. Em 2007, a



Eslovênia foi convidada a iniciar o processo de adesão à OCDE; tornou-se membro em 2012. De 2014 a 2016, o crescimento impulsionado pelas exportações, impulsionado pela demanda nos maiores mercados europeus, impulsionou o crescimento anual do PIB acima de 2,3%. O crescimento atingiu 5,0% em 2017 e projeta-se próximo a 5% em 2018. O que costumava ser alto desemprego permaneceu abaixo de 5,5% no início de 2018, impulsionado por fortes exportações e aumento do consumo que impulsionou a demanda por mão-de-obra. A consolidação fiscal contínua através do aumento da arrecadação de impostos e contribuições para a seguridade social provavelmente resultará em um orçamento do governo equilibrado em 2019.

Espanha

Capital: **Madri**

Idiomas oficiais (UE): **Espanhol**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 1999

Sistema político¹: Democracia parlamentar e monarquia constitucional com um chefe de governo – primeiro-ministro – e um chefe de Estado – o monarca. Um conselho de ministros é o poder executivo e é presidido pelo primeiro-ministro.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **1,19%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **2,6%**; indústria **23,2%**, serviços **74,2%**



Visão geral³: Após uma prolongada recessão que começou em 2008, na esteira da crise financeira global, a Espanha marcou o quarto ano completo de crescimento econômico positivo em 2017, com a atividade econômica superando seu pico pré-crise, em grande parte devido ao aumento do consumo privado. A crise financeira de 2008 quebrou 16 anos consecutivos de crescimento econômico para a Espanha, levando a uma contração econômica que durou até o final de 2013. Naquele ano, o governo fortaleceu seu setor bancário - fortemente exposto ao colapso do boom imobiliário da Espanha - com a ajuda de um programa de reestruturação e recapitalização financiado pela UE.

Até 2014, a contração nos empréstimos bancários, a austeridade fiscal e o alto nível de desemprego restringiam o consumo e o investimento doméstico. A taxa de desemprego subiu de cerca de 8% em 2007 para mais de 26% em 2013, mas as reformas trabalhistas levaram a uma modesta redução para 16,4% em 2017. O alto desemprego pressionou as finanças públicas da Espanha, à medida que aumentavam os benefícios sociais, as receitas fiscais diminuíram. O déficit orçamentário da Espanha atingiu 11,4% do PIB em 2010, mas a Espanha reduziu gradualmente o déficit para cerca de 3,3% do PIB em 2017. A dívida pública aumentou substancialmente - de 60,1% do PIB em 2010 para quase 96,7% em 2017.

O forte crescimento das exportações ajudou a trazer a conta corrente da Espanha para superávit em 2013 pela primeira vez desde 1986 e sustentar o crescimento econômico espanhol. O aumento da produtividade do trabalho e uma desvalorização

interna resultante da moderação dos custos trabalhistas e da menor inflação melhoraram a competitividade das exportações da Espanha e geraram interesse dos investidores estrangeiros na economia, restaurando os fluxos de IED.

Estônia

Capital: **Tallinn**



Idiomas oficiais (UE): **Estoniano**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 2011

Sistema político¹: República parlamentar. Seu chefe de governo - primeiro-ministro - é nomeado pelo presidente e aprovado pelo parlamento. Ele ou ela fica em cargo do poder executivo investido no governo.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **1,28%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **3,4%**; indústria **27,8%**, serviços **68,8%**

Visão geral³: A Estônia, membro da EU desde 2004 e da Zona do Euro desde 2011, possui uma moderna economia de mercado e uma das maiores rendas per capita da Europa Central e Bálticos, mas sua economia é grandemente dependente do comércio exterior, tornando-a vulnerável a choques externos. Seus sucessivos governos buscaram um mercado livre, agenda econômica pró-mercado, e políticas fiscais prudentes, que resultaram em orçamentos balanceados e a menor dívida/PIB da UE.

Sua economia se beneficia de fortes setores de eletrônicos e telecomunicações, e de robustas

ligações comerciais com a Finlândia, Suécia, Alemanha e Rússia. O crescimento econômico de 4,9% do PIB em 2017 foi o maior dos últimos seis anos, deixando a economia estoniana em sua melhor posição desde a crise financeira de dez anos atrás. Pela primeira vez em muitos anos, a produtividade do trabalho cresceu mais rapidamente que seus custos em 2017. A inflação também cresceu em 3,5% neste ano, devido a maiores preços de alimentos e energia, que compõem uma grande parte da cesta de consumo da Estônia.

A Estônia é desafiada por uma escassez de trabalhadores, tanto qualificados quanto não-qualificados (apesar de seu governo ter flexibilizado sua lei de imigração para permitir a contratação de estrangeiros altamente qualificados), um crescimento dos salários maior que o da produtividade. O governo também demonstra esforços para aumentar a produtividade com foco em inovações, enfatizando startups de tecnologia e e-commerce.

Finlândia

Capital: **Helsinque**



Idiomas oficiais (UE): **Finlandês, Sueco**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 1999

Sistema político¹: República parlamentar com um chefe de governo – primeiro-ministro – e um chefe de Estado – presidente.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **2,75%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **2,7%**; indústria **27,8%**, serviços **69,5%**

Overview³: A Finlândia tem uma economia altamente industrializada, em grande parte de livre mercado, com um PIB per capita quase tão alto quanto o da Áustria e dos Países Baixos e ligeiramente acima do da Alemanha e da Bélgica. O comércio é importante, com as exportações representando mais de um terço do PIB nos últimos anos. O governo está aberto e ativamente toma medidas para atrair investimentos estrangeiros diretos.

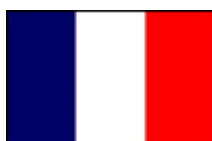
A Finlândia é historicamente competitiva na manufatura, particularmente nas indústrias de madeira, metais, engenharia, telecomunicações e eletrônica. A Finlândia se destaca na exportação de tecnologia, bem como na promoção de startups nos setores de tecnologia da informação e comunicação, jogos, tecnologia limpa e biotecnologia. Com exceção de madeira e de vários minerais, a Finlândia depende da importação de matérias-primas, energia e alguns componentes de produtos manufaturados. Devido ao clima frio, o desenvolvimento agrícola limita-se a manter a autossuficiência em produtos básicos. O setor florestal, uma importante indústria de exportação, oferece uma ocupação secundária para a população rural.

A Finlândia foi uma das economias com melhor desempenho na UE antes de 2009, e seus bancos e mercados financeiros evitaram o pior da crise financeira global. No entanto, a desaceleração mundial atingiu duramente as exportações e a demanda interna naquele ano, fazendo com que a

economia da Finlândia contraísse de 2012 a 2014. A recessão afetou as finanças do governo geral e o índice de endividamento. A economia voltou a crescer em 2016, registrando um aumento de 1,9% no PIB, antes de crescer 3,3% em 2017, sustentado por um forte aumento do investimento, do consumo privado e das exportações líquidas. O PIB deverá crescer a uma taxa de 2-3% nos próximos anos.

França

Capital: **Paris**



Idiomas oficiais (UE): **Francês**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 1999

Sistema político¹: República semi-presidencial com um chefe de governo – primeiro-ministro – nomeado pelo presidente, que por sua vez é o chefe de Estado diretamente eleito. O território da França é composto por 18 regiões administrativas - 13 metropolitanas (ou seja, a França da Europa) e 5 regiões ultramarinas. Todas as 5 regiões ultramarinas, bem como Saint-Martin (um território francês no Caribe) são consideradas parte da UE (com o status de região ultraperiférica).

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **2,25%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **2,0%**; indústria **20,1%**, serviços **77,9%**

Visão geral³: A economia francesa é diversificada em todos os setores. O governo privatizou parcial ou totalmente muitas grandes empresas, incluindo a Air France, a France Telecom, a Renault e a Thales. No

entanto, o governo mantém uma forte presença em alguns setores, particularmente nas indústrias de energia, transporte público e defesa. A França é o país mais visitado do mundo, com 89 milhões de turistas estrangeiros em 2017. Os líderes franceses continuam comprometidos com um capitalismo no qual mantêm a equidade social por meio de leis, políticas fiscais e gastos sociais que atenuam a desigualdade econômica.

O PIB real da França cresceu 1,9% em 2017, acima dos 1,2% do ano anterior. A taxa de desemprego (incluindo territórios ultramarinos) aumentou de 7,8% em 2008 para 10,2% em 2015, antes de cair para 9,0% em 2017. O desemprego entre jovens na França metropolitana caiu de 24,6% no quarto trimestre de 2014 para 20,6% no quarto trimestre de 2017.

As finanças públicas da França têm sido historicamente tensadas por altos gastos e baixo crescimento. Em 2017, o déficit orçamentário melhorou para 2,7% do PIB, satisfazendo a meta de 3% imposta pela UE. Enquanto isso, a dívida pública da França subiu de 89,5% do PIB em 2012 para 97% em 2017.

Desde que assumiu o cargo em maio de 2017, o presidente Emmanuel Macron lançou uma série de reformas econômicas para melhorar a competitividade e impulsionar o crescimento econômico. O Presidente Macron fez campanha para reformar as leis trabalhistas francesas e no final de 2017 implementou uma série de reformas para aumentar a flexibilidade no mercado de trabalho, facilitando para as empresas contratar e demitir e simplificar as negociações entre empregadores e

empregados. Além das reformas trabalhistas, o orçamento do presidente Macron em 2018 reduz os gastos públicos, impostos e contribuições para a seguridade social para estimular o investimento privado e aumentar o poder de compra. O governo planeja reduzir gradualmente a alíquota de imposto corporativo para empresas de 33,3% para 25% até 2022.

Grécia

Capital: **Atenas**



Idiomas oficiais (UE): **Grego**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 2001

Sistema político¹: República parlamentar com um chefe de governo – primeiro-ministro – quem tem a maioria do poder político, e um chefe de Estado – presidente – cujas funções são largamente cerimoniais. O poder executivo é exercido pelo governo.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **1,01%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **4,0%**; indústria **16,0%**, serviços **80,0%**

Visão geral³: A Grécia tem uma economia capitalista com um setor público representando cerca de 40% do PIB e com o PIB per capita cerca de dois terços do das principais economias da zona do euro. O turismo fornece 18% do PIB. Os imigrantes representam quase um quinto da força de trabalho, principalmente em empregos agrícolas e não qualificados. A Grécia é um importante beneficiário

da ajuda da UE, equivalente a cerca de 3,3% do PIB anual.

A economia grega teve um crescimento médio de cerca de 4% ao ano entre 2003 e 2007, mas a economia entrou em recessão em 2009 como resultado da crise financeira mundial, o aperto das condições de crédito e o fracasso de Atenas em lidar com um crescente déficit orçamentário. Em 2013, a economia havia contraído 26%, em comparação com o nível anterior à crise de 2007. As questões econômicas levaram as principais agências de classificação de crédito a rebaixar o rating de dívida interna da Grécia no final de 2009 e levaram o país a uma crise financeira. Sob intensa pressão da UE e dos participantes do mercado internacional, o governo aceitou um programa de resgate que pedia a Atenas que cortasse os gastos do governo, diminuísse a evasão tributária, revisasse os sistemas de serviço civil, assistência médica e aposentadorias, e reformar os mercados de trabalho e de produtos.

O FMI e os governos da Zona do Euro forneceram à Grécia empréstimos emergenciais de curto e médio prazo, no valor de €110 bilhões, para que o país pudesse fazer o pagamento da dívida aos credores. A Grécia, no entanto, lutou para alcançar as metas estabelecidas pela UE e pelo FMI, especialmente depois que o Eurostat - o escritório de estatísticas da UE - revisou números de déficit e dívida da Grécia para 2009 e 2010. Os líderes europeus e o FMI concordaram em outubro de 2011 fornecer a Atenas um segundo pacote de resgate de €130 bilhões, incluindo €48 bilhões para garantir que o sistema bancário grego fosse adequadamente capitalizado.

Em 2014, a economia grega começou a virar a esquina da recessão. A Grécia alcançou três marcos significativos: equilibrar o orçamento - não incluindo os pagamentos da dívida; emissão de dívida pública nos mercados financeiros pela primeira vez desde 2010; e gerando 0,7% de crescimento do PIB - a primeira expansão econômica desde 2007. Em 2017, a Grécia registrou melhorias no PIB e no desemprego, e reduziu seu déficit para 1,3%. No entanto, reformas econômicas inacabadas, um problema massivo de inadimplência e incerteza contínua em relação à direção política do país continuam a restringir sua economia.

Hungria

Capital: **Budapeste**



Idiomas oficiais (UE): **Húngaro**

Moeda: **Forint húngaro (HUF)**. A Hungria está se preparando para a adoção do euro.

Sistema político¹: República parlamentar com um chefe de governo – primeiro-ministro – que exerce o poder executivo e um chefe de Estado – presidente – cujas responsabilidades primárias são representativas.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **1,21%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **4,4%**; indústria **30,9%**, serviços **64,7%**

Visão geral³: A Hungria passou de uma economia centralizada para uma economia de mercado, com uma renda per capita de aproximadamente dois terços da média da UE-28. Desde 2010, no entanto,

o governo se envolveu mais na gestão da economia. Budapeste implementou políticas econômicas pouco ortodoxas para manter o equilíbrio fiscal, bem como um plano de aumento salarial de seis anos para aumentar o consumo das famílias. O crescimento econômico depende muito das exportações, tornando a Hungria vulnerável a choques no mercado externo.

Após a queda do comunismo em 1990, a Hungria experimentou uma queda nas exportações e assistência financeira da antiga União Soviética. A Hungria lançou uma série de reformas econômicas, incluindo a privatização de empresas estatais e a redução de programas de gastos sociais, para passar de uma economia centralizada para uma economia voltada para o mercado e reorientar sua economia para o comércio com o Ocidente. Estes esforços ajudaram a estimular o crescimento, atrair investimentos e reduzir o fardo da dívida da Hungria e os déficits fiscais. Apesar dessas reformas, as condições de vida da média húngara inicialmente se deterioraram, à medida em que a inflação aumentava e o desemprego chegava a dois dígitos. As condições melhoraram lentamente ao longo dos anos 90, à medida que as reformas se concretizaram e o crescimento das exportações acelerou. As políticas econômicas instituídas durante aquela década ajudaram a posicionar a Hungria para se juntar à União Europeia em 2004. A Hungria ainda não aderiu à Zona do Euro. A Hungria sofreu uma contração econômica histórica como resultado da desaceleração econômica global em 2008-09, à medida que a demanda por exportações e o consumo interno caíram, levando-a a tomar um pacote de assistência financeira do FMI-UE.

A dívida pública da Hungria (em 74,5% do PIB) ainda é alta em comparação com outros países da UE na Europa Central. O crescimento real do PIB foi robusto nos últimos anos devido ao aumento do financiamento da UE, à maior demanda da UE por exportações húngaras e à recuperação do consumo doméstico. Para impulsionar ainda mais o consumo das famílias antes das eleições de 2018, o governo lançou um aumento gradual de seis anos para os salários mínimos e salários do setor público, reduziu os impostos sobre alimentos e serviços, reduziu o imposto de renda pessoal de 16% para 15% e implementou um imposto comercial uniforme de 9% para pequenas e médias empresas e grandes empresas. O crescimento real do PIB diminuiu em 2016 devido a uma diminuição cíclica do financiamento da UE, mas aumentou para 3,8% em 2017, uma vez que o governo pré-financiou projetos apoiados financeiramente pela UE antes das eleições de 2018.

Irlanda

Capital: **Dublin**



Idiomas oficiais (UE): **Irlandês, Inglês**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 1999

Political system¹: República parlamentar composta por 26 regiões. O chefe de governo – primeiro-ministro – é indicado pelo presidente após a nomeação pela Câmara Baixa (Dail) e exerce o poder executivo. O chefe de Estado – presidente – tem majoritariamente poderes cerimoniais.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **1,18%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **1,0%**; indústria **38,2%**, serviços **60,7%**

Visão geral³: A Irlanda é uma economia pequena, moderna e dependente do comércio. O crescimento do PIB foi em média de 6% em 1995-2007, mas a atividade econômica caiu drasticamente durante a crise financeira mundial e o subsequente colapso do mercado imobiliário e da construção civil em 2008-11. Diante da redução drástica das receitas e do crescente déficit orçamentário dos esforços para estabilizar seu frágil setor bancário, o governo irlandês introduziu o primeiro de uma série de orçamentos draconianos em 2009.

Estas medidas não foram suficientes para estabilizar as finanças públicas da Irlanda. Em 2010, o déficit orçamentário atingiu 32,4% do PIB - o maior déficit do mundo, como porcentagem do PIB. No final de 2010, o ex-governo concordou com um pacote de empréstimo de € 77 bilhões da UE e do FMI para ajudar Dublin a recapitalizar o setor bancário da Irlanda e evitar a inadimplência de sua dívida soberana. Em março de 2011, o governo intensificou as medidas de austeridade para cumprir as metas de déficit do programa de resgate da União Europeia e do FMI. No final de 2013, a Irlanda formalmente saiu do programa, beneficiando-se da sua adesão estrita às metas de redução do déficit e do sucesso no refinanciamento de uma grande quantidade de dívida relacionada com o setor bancário. Em 2014, a economia rapidamente se recuperou. No final de 2014, o governo introduziu um orçamento fiscalmente neutro, marcando o fim do programa de

austeridade. O crescimento contínuo das receitas fiscais permitiu ao governo reduzir alguns impostos e aumentar os gastos públicos, mantendo suas metas de redução do déficit.

Em 2015, o crescimento do PIB superou 26%. A magnitude do aumento refletiu mais as revisões estatísticas pontuais do que os ganhos reais da economia doméstica, que no entanto ainda estava crescendo. O crescimento moderou-se para cerca de 4,1% em 2017, mas a economia em recuperação ajudou a reduzir o déficit para 0,6% do PIB.

O baixo imposto corporativo da Irlanda, de 12,5%, e um talentoso grupo de trabalhadores de alta tecnologia têm sido alguns dos fatores-chave no incentivo ao investimento empresarial. Os requisitos de residência fiscal frouxa tornaram a Irlanda um destino comum para as firmas internacionais que querem pagar menos impostos. Em 2014, em meio à crescente pressão internacional, o governo irlandês anunciou que adotaria leis tributárias mais rigorosas, fechando efetivamente uma brecha comumente usada. A economia irlandesa continuou a crescer em 2017 e prevê-se que o faça até 2019, apoiada por um forte setor de exportação, crescimento robusto de empregos e inflação baixa, a ponto de o governo agora ter que lidar com preocupações sobre superaquecimento e potencial perda de competitividade.

Itália

Capital: **Roma**



Idiomas oficiais (UE): **Italiano**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 1999

Sistema político¹: República parlamentar com um chefe de governo – primeiro-ministro – nomeado pelo presidente e um chefe de Estado – o presidente. O Parlamento é composto por duas casas: a Câmara dos Deputados e o Senado da República.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **1,29%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **2,1%**; indústria **24,0%**, serviços **73,9%**

Visão geral³: A economia da Itália compreende um norte industrial desenvolvido, dominado por empresas privadas, e um sul agrícola menos desenvolvido, altamente subsidiado, com um legado de desemprego e subdesenvolvimento. A economia italiana é impulsionada em grande parte pela fabricação de bens de consumo de alta qualidade produzidos por pequenas e médias empresas, muitas delas de propriedade familiar. A Itália também tem uma considerável economia informal, que, segundo algumas estimativas, chega a 17% do PIB. Essas atividades são mais comuns nos setores de agricultura, construção e serviços.

A Itália é a terceira maior economia da zona do euro, mas sua dívida pública excepcionalmente alta e os impedimentos estruturais ao crescimento a tornaram vulnerável ao escrutínio dos mercados financeiros. A dívida pública tem crescido

constantemente desde 2007, atingindo 131% do PIB em 2017.

As preocupações dos investidores sobre a Itália e a crise mais ampla da zona do euro diminuíram em 2013, reduzindo os custos de empréstimos da Itália sobre a dívida pública soberana dos registros da era do euro. O governo ainda enfrenta pressões de investidores e parceiros europeus para sustentar seus esforços para enfrentar os problemas econômicos estruturais de longa data da Itália, incluindo ineficiências no mercado de trabalho, um sistema judicial lento e um setor bancário fraco. A economia da Itália retornou a um modesto crescimento no final de 2014 pela primeira vez desde 2011. Em 2015-16, a economia da Itália cresceu cerca de 1% ao ano e, em 2017, o crescimento acelerou para 1,5% do PIB. Em 2017, o desemprego global foi de 11,4%, mas o desemprego dos jovens permaneceu elevado, em 37,1%. Prevê-se que o crescimento do PIB diminua ligeiramente em 2018.

Letônia

Capital: **Riga**

Idiomas oficiais (UE): **Letão**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 2014

Sistema político¹: República parlamentar com um chefe de governo - primeiro ministro – que escolhe o conselho de ministros e um chefe de Estado – presidente – quem tem um papel amplamente cerimonial e nomeia o primeiro-ministro.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **0,44%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **3,2%**; indústria **21,6%**, serviços **75,2%**

Visão geral³: A Letônia é uma economia pequena e aberta, com as exportações contribuindo com mais da metade do PIB. Devido à sua localização geográfica, os serviços de transporte são altamente desenvolvidos, juntamente com processamento de madeira, produtos agrícolas e alimentícios, manufatura de máquinas e indústria de eletrônicos. A corrupção continua a ser um impedimento para atrair investimentos estrangeiros diretos, e a baixa taxa de natalidade da Letônia e a diminuição da população são grandes desafios à sua vitalidade econômica de longo prazo.

A economia da Letônia experimentou um crescimento do PIB de mais de 10% ao ano durante 2006-07, mas entrou em uma grave recessão em 2008 como resultado de um déficit em conta corrente insustentável e grande exposição à dívida em meio à desaceleração da economia mundial. Impulsionado pelo colapso do seu segundo maior banco, o PIB despencou mais de 14% em 2009 e, apesar do forte crescimento desde 2011, a economia levou até 2017 para retornar aos níveis pré-crise em termos reais. O forte investimento e consumo, este último alimentado pelo aumento dos salários, ajudou a economia a crescer mais de 4% em 2017, enquanto a inflação subiu para 3%. Os ganhos contínuos em competitividade e investimento serão fundamentais para manter o crescimento econômico, especialmente à luz de tendências demográficas desfavoráveis, incluindo a emigração



de trabalhadores qualificados e um dos níveis mais elevados de desigualdade de rendimentos na UE.

Na esteira da crise de 2008-09, o FMI, a UE e outros doadores internacionais forneceram assistência financeira substancial à Letônia como parte de um acordo para defender a indexação da moeda ao euro em troca do compromisso do governo com medidas de austeridade rigorosas. O programa FMI / UE foi concluído com sucesso em dezembro de 2011, embora as medidas de austeridade impusessem grandes custos sociais. A maioria das empresas, bancos e imóveis foram privatizadas, embora o Estado ainda detenha participações consideráveis em algumas poucas grandes empresas, incluindo 80% da propriedade da companhia aérea nacional da Letônia. A Letônia aderiu oficialmente à Organização Mundial do Comércio em Fevereiro de 1999 e à UE em Maio de 2004. A Letônia também aderiu à Zona do Euro em 2014 e à OCDE em 2016.

Lituânia

Capital: **Vilnius**

Idiomas oficiais (UE): **Lituano**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 2015

Sistema político¹: República parlamentar com um chefe de governo – primeiro-ministro – e um chefe de estado - presidente - que nomeia o primeiro ministro. O Parlamento é um órgão legislativo de câmara única.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **0,85%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **3,3%**; indústria **28,5%**, serviços **68,3%**

Visão geral³: Depois que o país declarou independência da União Soviética em 1990, a Lituânia enfrentou um deslocamento inicial que é típico durante as transições de uma economia planejada para uma economia de livre mercado. As políticas macroeconômicas de estabilização, incluindo a privatização da maioria das empresas estatais, e um forte compromisso com um acordo de currency board levaram a uma economia aberta e em rápido crescimento e à crescente demanda dos consumidores. O investimento estrangeiro e o financiamento da UE ajudaram na transição. A Lituânia aderiu à OMC em maio de 2001, à UE em maio de 2004 e à Zona do Euro em janeiro de 2015 e agora está trabalhando para completar o roteiro de adesão da OCDE que recebeu em julho de 2015. Em 2017, se juntou ao Grupo de Trabalho sobre Suborno da OCDE. passo importante no processo de adesão à OCDE.

A economia da Lituânia foi gravemente atingida pela crise financeira global de 2008-09, mas recuperou e tornou-se uma das que mais crescem na UE. Os aumentos nas exportações, investimentos e crescimento dos salários que apoiaram o consumo ajudaram a economia a crescer 3,6% em 2017. Em 2015, a Rússia foi o maior parceiro comercial da Lituânia, seguida pela Polônia, Alemanha e Letônia; o comércio de bens e serviços entre os EUA e a Lituânia totalizou US\$ 2,2 bilhões. A Lituânia abriu um terminal de gás natural liquefeito auto-financiado em janeiro de 2015, fornecendo o primeiro fornecimento não-russo de gás natural aos



Estados Bálticos e reduzindo a dependência da Lituânia do gás russo de 100% para aproximadamente 30% em 2016.

A recuperação em curso da Lituânia depende da melhoria do ambiente de negócios, especialmente através da liberalização da legislação trabalhista e da melhoria da competitividade e do crescimento das exportações, o último dificultado pela desaceleração econômica na UE e na Rússia. Além disso, uma saída constante de pessoas jovens e com alto nível de escolaridade está causando uma idade curta de mão-de-obra qualificada, que, combinada com o rápido envelhecimento da população, poderia pressionar as finanças públicas e restringir o crescimento a longo prazo.

Luxemburgo

Capital: **Luxemburgo**



Idiomas oficiais (UE): **Francês, Alemão**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 1999.

Sistema político¹: Monarquia constitucional parlamentar (Grão-Ducado) com um chefe de governo – primeiro ministro – e um chefe de Estado – grão-duque – que tem apenas direitos formais. O governo exerce poder executivo. Eleições gerais ocorrem a cada 5 anos.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **1,24%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **0,2%**; indústria **11,9%**, serviços **68,3%**

Visão geral³: Essa economia pequena, estável e de alta renda tem histórico de crescimento sólido, baixa inflação e baixo desemprego. Luxemburgo, o único Grão-Ducado do mundo, é um país sem litoral no noroeste da Europa, cercado pela Bélgica, França e Alemanha. Apesar de sua pequena massa de terra e pequena população, Luxemburgo é o segundo país mais rico do mundo quanto ao produto interno bruto (PPP) per capita. Luxemburgo tem um dos maiores superávits em conta corrente em termos de percentagem do PIB na Zona do Euro e mantém uma situação orçamentária saudável, com um excedente de 0,5% do PIB em 2017 e o nível mais baixo da dívida pública da região.

Desde 2002, o governo luxemburguês implementou proativamente políticas e programas para apoiar a diversificação econômica e atrair investimento direto estrangeiro. O governo concentrou-se nas principais indústrias inovadoras que se mostraram promissoras para apoiar o crescimento econômico: logística, tecnologia da informação e comunicação (TIC); tecnologias de saúde, incluindo biotecnologia e pesquisa biomédica; tecnologias de energia limpa e, mais recentemente, tecnologia espacial e tecnologias de serviços financeiros. A economia evoluiu e floresceu, registrando um forte crescimento do PIB de 3,4% em 2017, superando em muito a média europeia de 1,8%.

Luxemburgo continua a ser uma potência financeira - o setor financeiro representa mais de 35% do PIB - devido ao crescimento exponencial do setor dos fundos de investimento através do lançamento e desenvolvimento de fundos transfronteiriços (UCITS) nos anos 90. Luxemburgo é o segundo maior

domicílio de fundos de investimento do mundo, depois dos EUA, com US\$ 4 trilhões de ativos em instituições financeiras.

Malta

Capital: **Valletta**



Idiomas oficiais (UE): **Maltês, Inglês**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 2008

Sistema político¹: República parlamentar de câmara única com um chefe de governo – primeiro-ministro – e um chefe de Estado – presidente – cujo papel é em grande parte cerimonial.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **0,61%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **1,3%**; indústria **10,6%**, serviços **88,1%**

Visão geral³: A economia de mercado de Malta – a menor economia da zona do euro – depende muito do comércio de bens e serviços, principalmente com a Europa. Malta produz menos de um quarto das suas necessidades alimentares, possui limitado fornecimento de água potável e tem poucas fontes de energia domésticas. A economia de Malta depende do comércio exterior, manufatura e turismo. Malta aderiu à UE em 2004 e adoptou o euro em 1 de Janeiro de 2008.

Malta resistiu melhor à crise da zona do euro do que a maioria dos países membros da UE, devido à baixa relação dívida/PIB e ao setor bancário financeiramente sólido. Mantém uma das mais baixas taxas de desemprego na Europa, e o

crescimento se recuperou totalmente desde a recessão de 2009. Em 2014 até 2016, Malta liderou o crescimento da zona do euro, expandindo mais de 4,5% ao ano.

O setor de serviços de Malta continua a crescer, com crescimento sustentado nos setores de serviços financeiros e de jogos on-line. Os regimes fiscais vantajosos mantiveram-se atrativos para os investidores estrangeiros, embora as discussões da UE sobre medidas de prevenção anti-sonegação tenham levantado preocupações entre os serviços financeiros e prestadores de seguros de Malta, uma vez que as medidas poderiam ter um impacto significativo nesses setores. O setor de turismo também continuou a crescer, com 2016 mostrando números recordes de chegadas aéreas e de passageiros em cruzeiros.

O crescimento do PIB de Malta continua forte e é apoiado por um mercado de trabalho forte. O governo implementou novos programas, incluindo o acolhimento gratuito de crianças, para incentivar uma maior participação do trabalho. O alto custo do endividamento e do pequeno mercado de trabalho continuam sendo restrições potenciais para o crescimento econômico futuro. De forma crescente, outros migrantes da UE e da Europa estão relocando para Malta para trabalhar, embora os salários tenham permanecido baixos em comparação com outros países europeus. A inflação continua baixa.

Países Baixos

Capital: **Amsterdã**



Idiomas oficiais (UE): **Holandês**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 1999

Sistema Político¹: Monarquia constitucional parlamentar com um chefe de governo – primeiro-ministro - e um chefe de Estado – o monarca. Um conselho de ministros detém o poder executivo. Além de 12 províncias, os Países Baixos também incluem 6 países e territórios ultramarinos no Caribe. Estes territórios não fazem parte da UE.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **2,03%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **1,6%**; indústria **17,9%**, serviços **70,2%**

Visão geral³: Os Países Baixos (frequentemente referidos como Holanda), a sexta maior economia da União Europeia, desempenham um papel importante como centro de transportes europeu, com um superávit comercial consistentemente elevado, relações industriais estáveis e baixo desemprego. A indústria se concentra no processamento de alimentos, produtos químicos, refino de petróleo e maquinário elétrico. Um setor agrícola altamente mecanizado emprega apenas 2% da força de trabalho, mas fornece grandes excedentes para processamento de alimentos e sustenta o status do país como o segundo maior exportador agrícola do mundo.

Os Países Baixos fazem parte da zona do euro e, como tal, a sua política monetária é controlada pelo

Banco Central Europeu. O setor financeiro holandês é altamente concentrado, com quatro bancos comerciais possuindo mais de 80% dos ativos bancários e quatro vezes o tamanho do PIB holandês.

Em 2008, durante a crise financeira, o déficit orçamentário do governo atingiu 5,3% do PIB. Após uma prolongada recessão de 2009 a 2013, durante a qual o desemprego duplicou para 7,4% e o consumo das famílias caiu por quatro anos consecutivos, o crescimento econômico começou a avançar em 2014. Desde 2010, o governo do primeiro-ministro Mark Rutte implementou medidas de austeridade significativas para melhorar as finanças públicas e instituiu amplas reformas estruturais em áreas políticas fundamentais, incluindo o mercado de trabalho, o setor habitacional, o mercado de energia e o sistema previdenciário.

Em 2017, o orçamento do governo recuou para um superávit de 0,7% do PIB, com um crescimento econômico de 3,2%, e o PIB per capita finalmente superou os níveis pré-crise. A política fiscal anunciada pelo novo governo na coalizão de 2018-2021 prevê aumentos no consumo do governo e no investimento público, alimentando a demanda interna e o consumo e o investimento das famílias. A nova política do governo também planeja aumentar a demanda por trabalhadores nos setores público e privado, prevendo uma nova queda na taxa de desemprego, que atingiu 4,8% em 2017.

Polônia

Capital: **Varsóvia**



Idiomas oficiais (UE): **Polonês**

Moeda: **Złoty polonês (PLN)**. A Polônia está se preparando para a adoção do euro.

Sistema político¹: república parlamentar com um chefe de governo – primeiro-ministro – e um chefe de estado – presidente. A estrutura do governo é centrada no conselho de ministros.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **0,97%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **2,4%**; indústria **40,2%**, serviços **64,3%**

Visão geral³: A Polônia tem a sexta maior economia da UE e possui uma longa reputação de país favorável aos negócios, com políticas macroeconômicas sólidas. Desde 1990, a Polônia adotou uma política de liberalização econômica. Durante a desaceleração econômica de 2008-09, a Polónia foi o único país da UE a evitar uma recessão, em parte devido à política fiscal frouxa do governo combinada com o compromisso de reduzir os gastos no médio prazo. A Polónia é a maior beneficiária dos fundos de desenvolvimento da UE, e sua alocação cíclica pode afetar significativamente a taxa de crescimento econômico.

A economia polonesa teve um bom desempenho durante o período 2014-17, com a taxa de crescimento real do PIB em geral ultrapassando os 3%, em parte devido ao aumento dos gastos sociais do governo que ajudaram a acelerar o crescimento impulsionado pelo consumidor. No entanto, desde

2015, a Polónia implementou novas restrições comerciais e impostos sobre setores econômicos dominados por estrangeiros, incluindo serviços bancários e de seguros, energia e saúde, que atenuaram o sentimento dos investidores e aumentaram a propriedade do governo de algumas empresas. O governo reduziu a idade de aposentadoria em 2016 e teve sucesso diversificado na introdução de novos impostos e no aumento do cumprimento de impostos para compensar o aumento dos custos dos programas de gastos sociais e aliviar a pressão sobre o déficit orçamentário. Algumas agências de avaliação de risco estimam que a Polónia, durante os próximos anos, corre o risco de exceder o limite de 3% de déficit/PIB, com possíveis impactos a seu acesso a futuros fundos da UE. A economia da Polónia deverá ter um bom desempenho nos próximos anos, em parte devido a um aumento cíclico antecipado na utilização dos seus fundos de desenvolvimento da UE e a gastos continuados e robustos das famílias.

Portugal

Capital: **Lisboa**



Idiomas oficiais (UE): **Português**

Moeda: **euro**. Membro da Zona do Euro desde 1º de Janeiro de 1999

Sistema político¹: República semi-presidencial com um chefe de governo – primeiro ministro – e um chefe de estado – presidente – que tem poder para nomear o primeiro-ministro e outros membros do governo.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **1,27%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **2,2%**; indústria **22,1%**, serviços **75,7%**

Visão geral³: Portugal tornou-se uma economia diversificada e cada vez mais baseada em serviços desde que aderiu à Comunidade Europeia - o antecessor da UE - em 1986. Ao longo das duas décadas seguintes, sucessivos governos privatizaram muitas empresas controladas pelo Estado e liberalizaram áreas-chave da economia, incluindo a sectores financeiro e das telecomunicações. O país aderiu à União Económica e Monetária em 1999 e começou a circular o euro em 1 de janeiro de 2002, juntamente com outros 11 membros da UE.

A economia cresceu mais do que a média da UE em grande parte da década de 1990, mas a taxa de crescimento desacelerou em 2001-08. Após a crise financeira global em 2008, a economia de Portugal contraiu-se em 2009 e caiu em recessão de 2011 a 2013, quando o governo implementou cortes de gastos e aumentos de impostos para cumprir as condições de um pacote de resgate financeiro do FMI-UE, assinado em Maio de 2011. Portugal saiu com sucesso do seu programa FMI-UE em maio de 2014 e a sua recuperação económica ganhou força em 2015 devido às fortes exportações e à recuperação do consumo privado. O crescimento do PIB acelerou em 2016 e atingiu 2,5% em 2017. A taxa de desemprego permaneceu alta, em 9,7% em 2017, mas melhorou constantemente desde o pico em 18% em 2013. O déficit orçamentário caiu de 11,2% do PIB em 2010 para 1,8 % em 2017, a mais baixa do

país desde que a democracia foi restaurada em 1974, e superando as projeções da UE e do FMI de 3%. Portugal saiu do procedimento relativo ao déficit excessivo da UE em meados de 2017.

Reino Unido

Capital: **Londres**



Idiomas oficiais (UE): **Inglês**

Moeda: **Libra esterlina (GBP)**. O Reino Unido negociou sua exclusão da Zona do Euro e portanto não é obrigado a implementar essa moeda.

Em 23 de junho de 2016 os cidadãos do Reino Unido votaram em um referendo a saída do país da União Europeia. Em 29 de março de 2017, o Reino Unido notificou oficialmente o Conselho Europeu sobre sua intenção de deixar a EU, de acordo com o Artigo 50 do Tratado de Lisboa. Até o momento, o Reino Unido continua um membro integral da EU, e seus direitos e deveres continuam a ser aplicados inteiramente ao Reino Unido.

Sistema político¹: monarquia constitucional com uma democracia parlamentar com um chefe de governo – primeiro-ministro – e um chefe de Estado – o monarca. O Reino Unido é composto por 4 países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Os últimos três delegaram administrações com poderes variados. O Reino Unido também tem vários graus de ligações com 3 dependências da coroa - a Ilha de Man, Guernsey e Jersey. Estes não fazem parte do Reino Unido, mas o governo britânico é responsável por sua defesa e representação internacional. O país tem também 14 territórios

ultramarinos que não são formalmente parte do Reino Unido ou (exceto Gibraltar) da UE.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **1,69%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **0,6%**; indústria **19,0%**, serviços **80,4%**

Visão geral³: O Reino Unido, uma das principais potências comerciais e centro financeiro, é a terceira maior economia da Europa, depois da Alemanha e da França. A agricultura é intensiva, altamente mecanizada e eficiente para os padrões europeus, produzindo cerca de 60% das necessidades alimentares com menos de 2% da força de trabalho. O Reino Unido tem grandes recursos de carvão, gás natural e petróleo, mas suas reservas de petróleo e gás natural estão declinando - o Reino Unido tem sido um importador líquido de energia desde 2005. Serviços, especialmente serviços bancários, de seguros e de negócios, são fundamentais impulsionadores do crescimento do PIB britânico. Enquanto isso, a manufatura diminuiu em importância, mas ainda representa cerca de 10% da produção econômica.

Em 2008, a crise financeira global atingiu a economia particularmente forte, devido à importância de seu setor financeiro. A queda dos preços internos, a alta dívida do consumidor e a desaceleração econômica global agravaram os problemas econômicos do Reino Unido, empurrando a economia para uma recessão no segundo semestre de 2008 e levando o governo Brown a aplicar uma série de medidas para estimular a economia e estabilizar os mercados financeiros. Enfrentando crescentes déficits públicos e níveis de endividamento, em 2010 o governo de

coalizão liderado por Cameron (entre conservadores e liberais democratas) iniciou um programa de austeridade, que continuou sob o governo conservador. No entanto, o déficit continua a ser um dos mais elevados do G7, atingindo 3,6% do PIB a partir de 2017, e o Reino Unido comprometeu-se a reduzir o imposto sobre as empresas de 20% para 17% até 2020. O Reino Unido tinha uma dívida acumulada de 90,4% do PIB no final de 2017.

A economia do Reino Unido começou a desacelerar desde que o referendo votou pela saída da UE em junho de 2016. Uma depreciação sustentada da libra esterlina aumentou os preços do consumidor e do produtor, pesando sobre os gastos do consumidor sem estimular um aumento significativo nas exportações. O Reino Unido tem uma extensa relação comercial com outros membros da UE por meio de sua participação no mercado único e observadores econômicos alertaram que a saída colocará em risco sua posição como o local central para os serviços financeiros europeus. A primeira-ministra May está buscando uma nova relação comercial “profunda e especial” com a UE após a saída do Reino Unido. No entanto, os economistas duvidam que o Reino Unido seja capaz de preservar os benefícios da adesão à UE sem as obrigações. O Reino Unido deverá deixar oficialmente a UE até o final de março de 2019.

República Tcheca

Capital: **Praga**



Idiomas oficiais (UE): **Tcheco**

Moeda: **Coroa tcheca (CZK)**. A República Tcheca está atualmente se preparando para a adoção do euro.

Sistema Político¹: República parlamentar com um chefe de governo – primeiro-ministro – e um chefe de Estado – presidente. O país foi formado em 1993, após a divisão da Tchécoslováquia em República Tcheca e Eslováquia.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **1,68%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **2,5%**; indústria **37,8%**, serviços **59,7%**

Visão geral³: A República Tcheca - também conhecida como Tchêquia - é uma próspera economia de mercado que conta com uma das maiores taxas de crescimento do PIB e uma das menores taxas de desemprego na UE, mas sua dependência de exportações faz seu crescimento econômico vulnerável a contrações na demanda externa. As exportações do país representam por volta de 80% do PIB e consistem especialmente em automóveis, a maior indústria tcheca. A República Tcheca entrou na UE em 2004, mas ainda não é parte da Zona do Euro. Enquanto a flexibilidade da coroa tcheca ajuda a diminuir possíveis choques externos, ela foi uma das moedas mais fortes globalmente em 2017, apreciando aproximadamente 16% em relação ao dólar estadunidense após o Banco Central Tcheco acabar com seu controle do valor da moeda, em prática desde novembro de 2013. A instituição aumentou a taxa de juros básica tcheca em agosto e

novembro de 2017 – as primeiras mudanças em nove anos – de modo a combater pressões inflacionárias trazidas pelo forte crescimento econômico.

Após se recuperar de uma forte recessão em 2009, a economia Tcheca novamente entrou em recessão em 2012 e 2013 devido a uma queda na demanda intra-UE e medidas de austeridade tomadas pelo governo. A entrada de fundos de desenvolvimento da UE apoiaram uma retomada em 2014-15, com o crescimento do PIB atingindo 4,5% em 2015, seguido de uma desaceleração em 2016 devido grandemente a um descasamento do financiamento da UE com seu ciclo orçamentário. A economia tcheca teve um dos melhores desempenhos da UE em 2017, com um crescimento de quase 4,5% e uma taxa de desemprego de 2,8%, uma das menores da União.

Em 2016, a economia tcheca ficou em 10º lugar no ranking do Índice de Complexidade Econômica (ECI)⁴, que mede a intensidade do conhecimento de uma economia ao considerar a intensidade de conhecimento agregado a produtos exportados. Isso ilustra a posição-chave da economia tcheca dentro da UE e no mundo.

Romênia

Capital: **Bucareste**



Idiomas oficiais (UE): **Romeno**

Moeda: **Leu Romeno (RON)**. A Romênia se comprometeu a adotar o euro assim que satisfizer as condições necessárias.

Sistema político¹: República semi-presidencial com um chefe de governo – primeiro-ministro – e um chefe de Estado – presidente. As funções executivas são exercidas pelo governo e pelo presidente.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **0,48%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **4,2%**; indústria **33,2%**, serviços **64,4%**

Visão geral³: A Romênia, que aderiu à UE em 1º de janeiro de 2007, iniciou a transição de uma economia planejada em 1989 com uma base industrial bastante obsoleta e inadequada às necessidades do país. Os ganhos macroeconômicos da Romênia só recentemente começaram a estimular a criação de uma classe média e a enfrentar a pobreza generalizada do país. No rescaldo da crise financeira global, a Romênia assinou um pacote de assistência de emergência de 26 bilhões de dólares do FMI, da UE e de outros credores internacionais, mas seu PIB ainda assim contraiu até 2011.

Em Março de 2011, a Romênia e o FMI/UE/Banco Mundial assinaram um acordo de precaução de 24 meses, no valor de US\$ 6,6 bilhões, para promover a disciplina fiscal, incentivar o progresso nas reformas estruturais e fortalecer a estabilidade do setor financeiro; o dinheiro não foi utilizado. Em setembro de 2013, as autoridades romenas e o FMI/UE concordaram com um acordo de continuação de acompanhamento, no valor de US\$ 5,4 bilhões, para continuar com as reformas. Este contrato expirou em setembro de 2015, e novamente nenhum dinheiro foi sacado. No entanto, o progresso em reformas estruturais tem sido desigual e a economia ainda é vulnerável a choques externos.

O crescimento econômico se recuperou no período de 2013-17, impulsionado por fortes exportações industriais, excelentes colheitas agrícolas e, mais recentemente, políticas fiscais expansionistas em 2016-2017 que quase quadruplicaram o déficit fiscal anual de Bucareste. As exportações continuaram sendo um motor de crescimento econômico, liderado pelo comércio com a UE, que responde por cerca de 70% do comércio da Romênia. A demanda doméstica foi o principal impulsionador, devido aos cortes de impostos e aos grandes aumentos salariais que começaram no ano passado e devem continuar em 2018.

Suécia

Capital: **Estocolmo**

Idiomas oficiais (UE): **Sueco**

Moeda: **Coroa sueca (SEK)**. A Suécia se comprometeu a adotar o euro assim que satisfizer as condições necessárias.

Sistema político¹: monarquia constitucional e democracia parlamentar com um chefe de governo – primeiro-ministro – e um chefe de Estado – o monarca. O governo exerce poder executivo. O poder legislativo é investido no parlamento de câmara única.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em 2016 (% do PIB)²: **3,25%**

Composição do PIB (2017 est.)³: agricultura **1,6%**; indústria **33,0%**, serviços **65,4%**

Visão geral³: A economia pequena, aberta e competitiva da Suécia tem prosperado e a Suécia



alcançou um padrão de vida invejável, com sua combinação de capitalismo de livre mercado e amplos benefícios sociais. A Suécia permanece fora da zona do euro, em grande parte por preocupação de que a adesão à União Econômica e Monetária Européia diminua a soberania do país sobre seu sistema de bem-estar social.

A madeira, a energia hidrelétrica e o minério de ferro constituem a base de recursos de uma economia industrial que depende fortemente do comércio exterior. As exportações, incluindo motores e outras máquinas, veículos motorizados e equipamentos de telecomunicação, representam mais de 44% do PIB. A Suécia possui um superávit em conta corrente de cerca de 5% do PIB, que é uma das maiores margens na Europa.

O PIB cresceu cerca de 3,3% em 2016 e 2017, impulsionado em grande parte pelo investimento no setor da construção. Espera-se que o crescimento econômico diminua ligeiramente nos próximos anos, à medida que esse investimento diminuir. O crescimento econômico global impulsionou ainda mais as exportações de manufaturados suecos, ajudando a impulsionar o crescimento econômico doméstico em 2017. O banco central está de olho nas pressões deflacionárias e deverá manter sua política monetária expansionista em 2018. Preços e salários suecos cresceram apenas ligeiramente nos últimos anos, ajudando a apoiar a competitividade do país.

Referências:

¹ Europa.eu

² Eurostat.eu

³ CIA World Factbook

⁴ MIT Observatory of Economic Complexity

3. CONDIÇÕES SOCIOCULTURAIS DA UE

Condições gerais

Sendo composta por 28 países, a União Europeia mostra uma enorme diversidade de condições culturais e sociais dentro de suas fronteiras. Diferentes alimentos, idiomas, vestuário, tradições religiosas, entre outros, fazem da Europa uma incrível região a se descobrir. Com condições geográficas extremamente multifacetadas, essas diferenças culturais ainda refletem em o ambiente no qual os povos europeus viveram por séculos, variando de montanhosos a costeiros.

A UE trabalha para preservar o patrimônio cultural comum da Europa e ajudar a torná-lo acessível a todos. Apoiar e promover igualmente as indústrias artísticas e criativas na Europa, através de programas de financiamento, de apoio a projetos de pesquisa, de apoio à cooperação com parceiros da UE e de países terceiros, entre outros. A UE também apoia os prêmios para o patrimônio cultural, a arquitetura, a literatura e a música que realçam as realizações artísticas da Europa.¹

Além desta diversidade cultural, as condições sociais na UE estão geralmente entre as melhores do mundo. Todos os países da UE demonstram valores altos ou muito altos do

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com a classificação da ONU. Alguns países, como Noruega, Alemanha e Dinamarca, figuram entre os 5 países com melhores resultados no geral.²

Pobreza e Desigualdade³

Segundo o Eurostat, a taxa de pobreza de 2015 nos países da UE – calculada como a proporção da população com rendimento líquido abaixo do limiar da pobreza (60% do nível médio de rendimento) – era de 17,3%, a taxa mais baixa entre os membros do G20. A desigualdade relativamente baixa faz da União Europeia uma das distribuições de renda mais equitativas do G20, similar aos números da Coreia do Sul.

Estes números também se refletem nas condições de vida diárias em toda a área, com baixas taxas de criminalidade observadas para todos os países da UE, e um número de anos de vida saudável esperados no nascimento – anos passados em um estado saudável – estimado em 63,3 anos para as mulheres e 62,6 anos para os homens. Isso representa aproximadamente 76% e 80% da expectativa de vida total para mulheres e homens, respectivamente, por sua vez uma das maiores expectativas de vida no mundo.

Educação³

Este é um dos “fatos” mais fortes da União Europeia. Em termos educacionais, os países europeus também apresentam, em geral, resultados muito bons. Em 2016, mais de 99,1% da população adulta total da UE (15 anos ou mais) era considerada alfabetizada⁴. Este resultado impressionante vem de um foco na educação desde o início da infância. A União estabeleceu um padrão de referência a ser atingido até 2020, quando 95% das crianças com idade entre quatro anos e a idade para iniciar a escolaridade obrigatória devem participar da educação infantil. A partir de 2015, essa meta já havia sido alcançada por 14 países, e os restantes também devem alcançá-la sem problemas.

Este enfoque é mantido ao longo de todos os anos escolares até a educação terciária (ensino superior), com 19,5 milhões de estudantes de educação terciária em 2015. Além disso, a população de 30 a 34 anos com nível superior alcançou 39,9% em 2017 (partindo de 23,6% em 2002), praticamente atingindo a meta de 40% definida para 2020⁵. Isto está fortemente relacionado com uma despesa média do PIB elevada neste nível (1,3%), com países como a Dinamarca e a Finlândia investindo mais de 2% do seu PIB apenas na educação terciária. Considerando todos os níveis educacionais, a

despesa pública no setor em 2014 teve uma média de mais de 5% do PIB total.

Mercado de trabalho³

O trabalho desempenha um papel importante no funcionamento de uma economia. Do ponto de vista das empresas, a mão-de-obra representa um custo que inclui não apenas os salários e vencimentos dos empregados, mas também os custos não salariais, principalmente as contribuições sociais pagas pelo empregador. Assim, é um fator determinante da competitividade empresarial. O custo médio por hora da mão de obra em 2016 foi estimado em 25,40 euros na UE-28 e em 29,80 euros na Zona do Euro (EA-19). No entanto, esta média esconde diferenças significativas entre os Estados-Membros da UE, com custos de trabalho por hora que variam entre 4,40 euros na Bulgária e 42,00 euros na Dinamarca. Além disso, observa-se também uma disparidade salarial entre homens e mulheres, sendo as mulheres pagas, em média, 16,3% menos do que os homens na UE-28. No entanto, essa diferença vem diminuindo, o que pode ser explicado, em parte, por um aumento maior da taxa de emprego feminino em todos os países membros em comparação ao masculino.

Em 2017, a taxa de emprego das pessoas com idade entre 20 e 64 anos na UE-28 foi de 72,2%, a taxa mais alta já registrada para a UE-28. Esses números incluem toda a população na

faixa etária mencionada e têm aumentado continuamente desde a Grande Crise Financeira, com uma média de +0,95 p.p. nos últimos quatro anos. As profissões com o maior número de empregados na UE-28 em 2016 foram a de empregados de serviços pessoais e vendas, representando 9,5% da força de trabalho, ou 21,4 milhões de pessoas, seguido por empregados de apoio administrativo (7,2%), profissionais de negócios e administração (5,8%), e profissionais de ciências, engenharia e TIC, além de profissionais de ensino (4,8% cada).

A taxa de emprego não deve ser confundida com a **taxa de desemprego**, que não inclui pessoas dentro dessa faixa etária que não estejam ativamente procurando emprego. Em julho de 2018, a taxa de desemprego na UE atingiu **8,2%** e vem diminuindo desde um pico

de 11% em 2013. A taxa de desemprego juvenil (pessoas com 25 anos ou menos), embora também esteja em queda, ainda persiste num nível relativamente elevado, com 14,8% na UE-28. Em julho de 2018, as taxas mais baixas foram observadas na Alemanha (6,1%), Malta (6,3%) e na República Tcheca (6,6%), enquanto as mais altas foram registradas na Grécia (39,7% em maio de 2018), Espanha (33,4%) e Itália (30,8%).

Referências:

- ¹ Europa.eu
- ² UN Human Development Report (2016)
- ³ Key Figures on Europe (Eurostat, 2017)
- ⁴ World Bank
- ⁵ Eurostat.eu

4. CONDIÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA UE

Quadro institucional político¹

A União Europeia é uma entidade política única, cujos países membros soberanos associam a autoridade em áreas-chave do governo a fim de alcançar objetivos compartilhados. Todos os nacionais de um país membro são também cidadãos da UE, dando-lhes o direito de participar na vida democrática do bloco.

Semelhante a um estado, a UE tem um ramo legislativo (Parlamento + Conselho), ramo executivo (Comissão) e judiciário independente (Tribunal de Justiça). Os poderes das instituições da UE foram estabelecidos por tratados fundadores negociados e ratificados pelos países membros. Em áreas políticas não cobertas pelos tratados, os governos nacionais são livres para exercer sua própria soberania.

Como um bloco baseado em ideais democráticos, todos os estados membros são democracias representativas, com representantes diretamente eleitos. Cada um dos 28 países membros da UE escolhe o seu próprio sistema político nacional, desde que os ideais democráticos sejam mantidos.

Hoje em dia, as diferenças observadas entre os sistemas políticos nacionais são amplamente baseadas no histórico do país. Sete países são

monarquias constitucionais (Bélgica, Dinamarca, Luxemburgo, Países Baixos, Espanha, Suécia e Reino Unido). O resto são repúblicas, ou (semi) presidenciais ou parlamentares. O papel dos chefes de estado e governo, bem como seus sistemas legislativos, varia entre os países.

Condições econômicas²

Os países da UE coordenam as suas políticas econômicas nacionais, uma característica mais proeminentemente indicada no caso dos 19 países membros que adotaram o euro como moeda.

Todos os países membros da UE (dentro ou fora do euro) fazem parte da união econômica e monetária (UEM), um quadro de cooperação econômica concebido para promover a criação de empregos e crescimento sustentável, bem como coordenar a resposta a desafios econômicos e financeiros globais.

Produto Interno Bruto²

Como resultado da Grande Crise Financeira de 2008-09, que provocou uma desaceleração econômica em nível global, a União Europeia

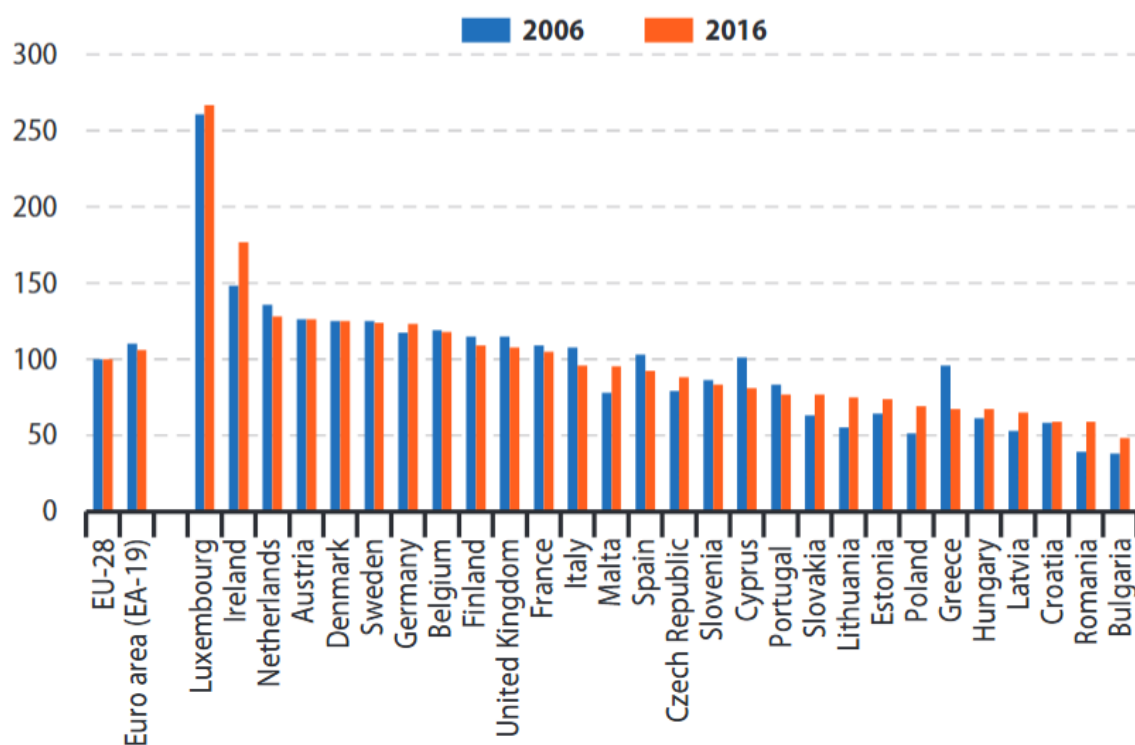


Figura 4.1 - PIB per capita a preços correntes de mercado, 2006 e 2016 (UE-28 = 100; com base em PPC por habitante) (Fonte: Eurostat, *Key Figures on Europe*, 2017)

enfrentou uma grave crise a partir de 2010, especialmente em economias mais fracas como a Grécia. As medidas tomadas para superar esta crise ajudaram a UE a regressar a uma trajetória de crescimento.

Em termos do PIB da União Europeia como um todo, as sucessivas taxas positivas registradas após 2012 evidenciaram uma recuperação econômica sadia – embora relativamente lenta – com uma taxa de crescimento de 2,4% em 2017³.

É importante notar, no entanto, que esse crescimento não foi verificado para todos os membros da UE igualmente. Comparando-se 2006 a 2016, como indicado na Figura 4.1, constata-se que países como Espanha, Chipre e

Grécia perderam terreno em termos de PIB per capita, uma consequência direta da crise. O gráfico também indica a diferença entre os membros da UE. O PIB per capita de Luxemburgo, em termos de paridade do poder de compra (PPC), foi cerca de 2,7 vezes superior ao da média da UE-28 em 2016, enquanto a Romênia e a Bulgária mostram valores em cerca de metade da média da UE-28.

Investimento²

Em 2015, a taxa de investimento das famílias (bruta) na UE-28 foi de 7,9%, ao passo que o valor correspondente para a Zona do Euro foi de 0,4 pontos percentuais mais elevado, 8,3%. A taxa de investimento das famílias variou entre 9,9% na Bélgica e nos Países Baixos e 9,5% na

Alemanha e na Finlândia, até 4,3% em Espanha e na Letónia e 2,7% na Bulgária (dados de 2014).

A taxa de investimento das empresas (para as corporações não financeiras) em 2015 foi de 21,9% na UE-28 (Zona do Euro 21,8%). Entre 2014 e 2015, a taxa de investimento empresarial aumentou em pequena margem, aumentando 0,2 p.p. na UE-28 (Zona do Euro 0,1 pontos percentuais). As taxas de investimento mais elevadas entre os 26 Estados-Membros da UE (para os quais existem dados disponíveis) foram registradas na República Tcheca, Romênia, Suécia, Espanha e Bulgária (dados de 2014). As taxas mais baixas foram registradas na Grécia (15,3%) e no Chipre (14,6%).

As taxas de investimento empresarial das cinco maiores economias da UE-28 variaram bastante: na Espanha (26,1%) e na França (22,9%) as taxas para 2015 foram superiores à média da UE-28, enquanto na Alemanha (19,7%), Itália (19,3%) e Reino Unido (17,3%) foram abaixo da média da UE-28.

Finanças públicas²

Ao formar o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) da UE, os Estados-Membros se comprometeram a manter seus déficits e dívidas abaixo de certos limites: o déficit do governo de um Estado-Membro não pode exceder -3% do seu PIB, enquanto sua dívida não pode exceder 60% do PIB.

A taxa do déficit orçamental em relação ao PIB da UE-28 diminuiu de -2,4% em 2015 para -1,7% em 2016, enquanto esta taxa diminuiu na Zona do Euro de -2,1% para -1,5%. Dez Estados-Membros da UE registraram superávits fiscais em 2016. A Bulgária e a Letónia registaram um leve excedente, de 0,1% do PIB, enquanto houve 14 Estados-Membros que registaram déficits em 2016 inferiores ou iguais a -3,0% do PIB. A França e a Espanha registraram déficits de -3,4% do PIB e -4,5% do PIB, respectivamente.

Na UE-28, a proporção da dívida pública em relação ao PIB diminuiu de 84,9% no final de 2015 para 83,5% no final de 2016, enquanto na Zona do Euro diminuiu de 90,3% para 89,2%. Um total de 16 Estados-Membros

comunicou um nível de dívida superior a 60% do PIB no final de 2016: o mais elevado foi registrado pela Grécia (179,0%), seguido pela Itália (132,6%) e por Portugal (130,4%). Os níveis mais baixos da dívida pública em relação ao PIB foram registrados na Estônia (9,5%), Luxemburgo (20,0%) e Bulgária (29,5%). No final de 2016, os níveis da dívida pública em relação ao PIB eram mais elevados em nove Estados-Membros da UE do que no final de 2015, sendo este nível mais baixo para 19 Estados-Membros, sobretudo para a Eslovênia (-3,5 p.p.), Irlanda (-3,3 p.p.) e República Tcheca (-3,1 p.p.).

Inflação²

A inflação é tipicamente medida por índices de preços ao consumidor ou índices de preços de varejo. Na UE, foi desenvolvido um índice específico de preços no consumidor - o índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC). A taxa de inflação média anual da UE atingiu 3,7% em 2008. Após movimentos relativamente acentuados durante o período de crise econômica de 2008-2012, a taxa de inflação desacelerou para 1,5% em 2013, 0,5% em 2014, 0,0% em 2015, voltando a 1,5% em 2017.

Balanço de Pagamentos²

O balanço de pagamentos registra todas as transações económicas entre entidades residentes e não residentes durante um determinado período. Nele, o saldo das contas corrente e de capital determina a exposição de uma economia ao resto do mundo, ao passo que a conta financeira se refere especificamente aos fluxos financeiros.

O superávit em conta corrente da UE-28 foi de EUR 258,5 bilhões em 2016, correspondendo a

1,7% do PIB. Os últimos desenvolvimentos para conta corrente da UE-28 mostram uma continuação do padrão estabelecido desde 2008: a partir do pico de 2,1% do PIB em 2008, o déficit em conta corrente diminuiu gradualmente e em 2012 transformou-se em um superávit equivalente a 0,6% do PIB, com ligeiros aumentos consecutivos todos os anos desde então.

Entre os países e regiões parceiros, o déficit em conta corrente da UE-28 foi maior com a China, situando-se em EUR 112,5 bilhões em 2016, seguida pela Rússia (EUR 19,3 bilhões) e Japão (EUR 6,6 bilhões). Por outro lado, os maiores superávits em conta corrente foram registrados com os Estados Unidos (EUR 164,8 bilhões) e com a Suíça (EUR 53,7 bilhões). Pequenos excedentes foram registrados com o Brasil, Hong Kong, Canadá e Índia.

Referências:

¹ Europa.eu

² Eurostat.eu

5. OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS E PESQUISA NA UE

Introdução

As oportunidades de negócios e pesquisa na UE são múltiplas. Desde start-ups a grandes corporações, a União Europeia oferece uma grande variedade de perspectivas para todos os segmentos e áreas de negócios. O mesmo se aplica às instituições de pesquisa e pesquisadores individuais, com numerosos programas cobrindo praticamente todos os campos de pesquisa. Esta seção aborda aspectos gerais das oportunidades oferecidas pela UE em relação a políticas e iniciativas industriais para os setores de negócios mais importantes, bem como fatos e números para cada um deles.

Política Industrial Europeia¹

A indústria é o motor da inovação, do crescimento da produtividade e das exportações, oferecendo empregos de qualidade aos europeus. No entanto, a estrutura industrial europeia está passando por uma profunda transformação impulsionada por novas tecnologias digitais, dentre outras, e novos modelos de negócios. Assim, é necessário um esforço de modernização para garantir que a indústria europeia permaneça competitiva nos mercados globais: para isso, é

necessário adotar mudanças tecnológicas; integrar produtos e serviços; desenvolver tecnologias que usem menos energia, reduzam o desperdício e evitem a poluição; e investir em uma força de trabalho com as habilidades certas.

Em setembro de 2017, uma estratégia de política industrial renovada, introduzida pelo Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, colocou uma indústria europeia forte como uma prioridade política. Os novos elementos da Estratégia de Política Industrial da UE incluem uma vasta gama de áreas, desde a cibersegurança até à mobilidade limpa, competitiva e integrada, ilustrando a importância das novas tecnologias e práticas inovadoras.

Estas medidas têm como objetivo primordial a manutenção da liderança da UE no setor industrial, que compreende a maior parte das atividades principais da economia europeia. Para ter uma melhor imagem da importância da indústria na Europa, apresenta-se abaixo uma visão geral dos setores mais importantes, bem como algumas medidas tomadas pela Comissão Europeia para melhorá-las ainda mais.

Indústria Aeronáutica¹

A indústria aeronáutica é um dos principais setores de alta tecnologia da UE no mercado global:

- fornece mais de **500.000** postos de trabalho e gerou um volume de negócios próximo dos **140 bilhões de euros** (em 2013)
- a UE é líder mundial na produção de aeronaves civis, incluindo helicópteros, motores de aeronaves, peças e componentes
- a UE possui um excedente comercial de produtos aeroespaciais, que são exportados para todo o mundo.

A indústria é altamente concentrada, tanto geograficamente (em particular nos países da UE) como em termos das poucas grandes empresas envolvidas. O emprego no setor aeroespacial é particularmente significativo no **Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Espanha, Polônia e Suécia**.

A produtividade é considerável e, apesar dos altos custos trabalhistas, o setor é bastante lucrativo. Uma parte considerável do valor agregado é gasta em pesquisa e desenvolvimento (P&D), o que se reflete em um número crescente de aplicações de patentes.

As despesas com Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) representam 10% do volume de negócios da indústria, um terço dos quais é financiado pelo setor público. A [Agência Estratégica de Investigação e Inovação \(SRIA\)](#) é o roteiro desenvolvido pela indústria europeia através do [Conselho Consultivo para a Investigação Aeronáutica](#) (ACARE), fornecendo um guia para futuros programas públicos e privados de PDI. A Comissão igualmente apoia o esforço europeu de PDI em aeronáutica através do [Horizonte 2020](#) sob a premissa [“Smart, Green and Integrated Transport challenge”](#) e duas iniciativas tecnológicas conjuntas, [Clean Sky](#) e [SESAR Join Undertaking](#).

Agricultura¹

Existem cerca de **11 milhões de fazendas** na UE e **22 milhões de pessoas** empregadas regularmente no setor. Eles fornecem uma variedade impressionante de produtos abundantes, acessíveis, seguros e de boa qualidade.

Apesar da importância da produção de alimentos, a renda dos agricultores é significativamente menor em comparação com a renda não agrícola (cerca de 40% menor). A agricultura depende mais do clima do que muitos outros setores. Além disso, existe uma lacuna de tempo inevitável entre a demanda do consumidor e os agricultores que podem supri-

lo: cultivar mais trigo ou produzir mais leite inevitavelmente requer tempo.

Devido a estas razões, a Política Agrícola Comum (PAC) da UE, criada em 1962, apoia os agricultores a superar estes desafios, mantendo os padrões de qualidade do setor e reduzindo o impacto ambiental da atividade. Em 2018, a União Europeia apoiou os agricultores com **€ 58,8 bilhões**, o que representa cerca de **37%** do seu orçamento total.

Isso é fundamental para permitir que os agricultores operem com eficiência e permaneçam modernos e produtivos, e os setores a montante e a jusante precisam ter acesso imediato às informações mais recentes sobre questões agrícolas, métodos agrícolas e desenvolvimentos do mercado. Durante o período de 2014-2020, a PAC deverá fornecer tecnologias de alta velocidade, melhores serviços de Internet e infraestruturas a **18 milhões de cidadãos** rurais - o equivalente a 6,4% da população rural da UE.

A importância do setor agrícola na Europa é enorme, garantindo a segurança alimentar não só dentro do continente, mas também para outras regiões. Dessa forma, a melhoria de suas condições por meio de práticas inovadoras é essencial, o que representa um vasto campo de oportunidades para profissionais qualificados e empresas ligadas à produção agrícola.

Indústria Automobilística¹

A indústria automobilística é crucial para a prosperidade da Europa. O setor proporciona empregos para **12 milhões de pessoas** e representa **4% do PIB** da UE. A UE está entre os maiores produtores de veículos motorizados do mundo e o setor representa o maior investidor privado em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Além disso, a indústria automobilística tem um importante efeito multiplicador na economia. É importante para as indústrias a montante, como aço, produtos químicos e revestimentos têxteis, bem como indústrias a jusante, como serviços de informação e tecnologia de comunicações (TIC), reparação e mobilidade.

A parceria entre Europa e Brasil nesse setor é uma das mais longevas, com empresas europeias como Volkswagen, Renault, Fiat, entre outras, estando presente no país há muitas décadas. O mesmo se aplica a seus fornecedores, como a Bosch ou a ZF, ilustrando o efeito multiplicador em todos os mercados em que estão presentes.

Para reforçar a competitividade da indústria automobilística da UE e preservar a sua liderança tecnológica mundial, a Comissão Europeia apoia a harmonização tecnológica global e providencia financiamento para R&D no setor. **Harmonização tecnológica** consiste em fornecer requisitos técnicos comuns para ajudar a reduzir os custos de desenvolvimento

e evitar a duplicação de procedimentos administrativos. A harmonização é considerada fundamental para reforçar a competitividade da indústria automobilística da UE.

Para o período 2014-2020, a Comissão **mais do que duplicou** os fundos disponíveis para pesquisa cooperativa e inovação no setor automotivo. O financiamento se concentra em veículos ecológicos, descarbonização de motores convencionais, segurança e infraestrutura de tecnologia da informação. Espera-se que essas políticas sejam fortalecidas no futuro, seguindo a tendência mundial de veículos movidos a energia limpa e renovável.

Biotecnologia¹

A biotecnologia e as ciências biológicas contribuem para a modernização da indústria europeia. Elas são usadas em uma variedade de setores industriais, como saúde e produtos farmacêuticos, saúde animal, têxteis, produtos químicos, plástico, papel, combustível, alimentos e processamento de alimentos.

Em aplicações de **saúde e farmacêuticas**, a biotecnologia levou à descoberta e ao desenvolvimento de medicamentos, terapias, diagnósticos e vacinas avançados. Por exemplo, avanços biotecnológicos criaram novos medicamentos para pacientes que sofrem de várias doenças, incluindo avanços no combate ao câncer e à doença de Alzheimer.

Na **agricultura, pecuária, produtos veterinários e aquicultura**, a biotecnologia melhorou a alimentação animal, produziu vacinas para o gado e melhorou os diagnósticos para detectar doenças. Permitiu também o uso de enzimas para um processamento alimentar mais eficiente e melhorou a criação de plantas para obter características desejadas.

Nos processos industriais e na manufatura, a biotecnologia levou ao uso de enzimas na produção de detergentes, papel e celulose, têxteis e biomassa. Utilizando fermentação e biocatálise enzimática em vez de síntese química tradicional, pode-se obter uma maior eficiência do processo, diminuindo o consumo de energia e água.

Este setor apresenta uma clara sinergia com a pesquisa e o desenvolvimento realizados no Brasil, um dos líderes mundiais em novas tecnologias e na produção de biocombustíveis, como o etanol de cana-de-açúcar e o biodiesel, além de suas inovadoras indústrias química e farmacêutica.

Indústria Química¹

A indústria química é um dos maiores setores de manufatura da Europa. Como uma "indústria capacitadora", ela desempenha um papel fundamental no fornecimento de materiais inovadores e soluções tecnológicas para apoiar a competitividade industrial da Europa. Uma

indústria química competitiva apoia a melhoria dos padrões de vida e gera emprego e riqueza, além de estimular a inovação e o desenvolvimento em todo o sistema econômico. A indústria é uma provedora de soluções para muitos desafios sociais, assim como outros setores. Adicionalmente, a indústria química europeia:

- representa por volta de **7% da produção industrial da UE**;
- acumula receitas de **527 bilhões de euros (2013)**, o que representa por volta de 17% de todas as receitas globais de químicos;
- proporciona **1,15 milhões de empregos diretos altamente qualificados (2013)**;
- garante três vezes mais empregos em outras indústrias por meio do emprego indireto;
- tem a segunda maior parcela de valor agregado por empregado (depois de farmacêuticos);
- representa por volta de **1,1% do PIB total da UE**;
- gera um superávit comercial de **49 bilhões de euros (2013)**.

A indústria química está no centro da indústria transformadora da UE. Ela fornece dois terços de sua produção para outros setores dentro da indústria de manufatura. Outros vínculos importantes existem com a agricultura e os

serviços. O setor químico da UE é muito inovador e é um forte fornecedor de soluções para os desafios da sociedade, como as alterações climáticas, saúde e nutrição.

A Comissão Europeia lançou uma série de iniciativas para promover a competitividade na indústria química europeia. Ela implementa políticas para facilitar a mudança estrutural, como por exemplo no setor de produtos químicos sustentáveis, que inclui as bio-refinarias e a reciclagem de plásticos, ajudando a atrair investimentos para a Europa. Além disso, essas iniciativas ajudam a reforçar a base industrial da UE e incentivar o investimento em pesquisa e inovação.

Construção Civil¹

A indústria da construção civil é muito importante para a economia da UE. O setor **fornece 18 milhões de empregos diretos** e contribui para cerca de **9% do PIB da UE**. Ela também cria novos empregos, impulsiona o crescimento econômico e fornece soluções para os desafios sociais, climáticos e energéticos.

Um dos principais desafios enfrentados pelo setor de construção é a eficiência energética e a mudança climática: edifícios representam a maior parte do consumo total de energia final da UE (40%) e produzem cerca de 35% de todas as emissões de gases do efeito estufa. Em um cenário de aumento do consumo de energia nas

residências, novas tecnologias para práticas mais eficientes e sustentáveis são imprescindíveis, representando um importante campo de pesquisa e inovação para as próximas décadas.

Além disso, até 95% das empresas de construção, arquitetura e engenharia civil são microempresas ou pequenas e médias empresas (SMEs). As iniciativas nos países da UE em matéria de eficiência energética têm um potencial significativo para a criação de emprego neste setor.

Serviços Financeiros¹

O setor financeiro é a espinha dorsal da economia europeia. Abrangendo uma vasta gama de tópicos, desde serviços de seguros e fundos de pensões a bancos e instituições de crédito, é responsável pelo funcionamento de praticamente todas as transações dentro e fora da região. Além disso, estando ligado a todos os setores econômicos, é responsável pela solidez da economia europeia no seu conjunto.

Após a eclosão da crise financeira, a UE apresentou uma série de reformas sem precedentes para restaurar a estabilidade financeira e a confiança do público no sistema financeiro. Essas reformulações incluem novas regras para fortalecer a supervisão financeira, novas ferramentas para recuperação e resolução de bancos, proteção mais eficaz dos

depósitos e uma estrutura regulatória aprimorada para bancos, seguros, mercados de títulos e outros setores. Também foram adotadas leis para combater a excessiva volatilidade nos mercados financeiros, incluindo novas regras sobre hedge funds, short selling, agências de rating de crédito e derivativos.

Além disso, uma [União Bancária Europeia](#) está sendo gradualmente implementada, com regras comuns para todas as instituições financeiras na UE. Para garantir o bom funcionamento desse arcabouço complexo, é necessária uma infraestrutura sólida, abrangendo práticas de ponta em áreas como TIC e segurança da informação, aumentando ainda mais as oportunidades ligadas ao setor.

Indústria de alimentos e bebidas¹

A indústria de alimentos e bebidas é o **maior setor manufatureiro da UE** em termos de empregos e valor agregado. Ela também é um fator essencial no comércio com países não pertencentes à UE. A UE possui um importante excedente comercial no comércio de alimentos e as especialidades alimentares da UE são bem apreciadas no resto do mundo. Nos últimos 10 anos, as exportações de alimentos e bebidas da UE dobraram, alcançando mais de **90 bilhões de euros** e contribuindo para um saldo positivo de quase **30 bilhões de euros**.

A legislação alimentar da UE é altamente harmonizada e o setor beneficia significativamente das oportunidades oferecidas pelo mercado único da UE. Ao mesmo tempo, no entanto, o setor enfrenta alguns desafios nos mercados internacional e europeu.

A Comissão Europeia está trabalhando para melhorar a competitividade do setor alimentar da UE e o funcionamento do Mercado Único de Alimentos. Também se esforça para criar novas oportunidades comerciais para produtos alimentares e bebidas, através de várias negociações comerciais e diálogos com países terceiros.

O setor de alimentos e bebidas representa uma oportunidade robusta para os empresários brasileiros, tanto como exportadores quanto como investidores. Em 2017, **a maior fonte** de importações de alimentos pela UE foi **o Brasil**, representando 12% do total de importações da UE no setor². Além disso, tecnologias e práticas inovadoras já implementadas no Brasil podem contribuir para a competitividade da Europa no setor.

Iniciativas que fomentam a cooperação multilateral no setor apoiam essa ideia, como o [High Level Forum for a Better Functioning Food Supply Chain](#). Este Fórum é uma plataforma que cobre toda a UE, envolvendo todos os intervenientes ao longo da cadeia, para discutir

as principais questões que afetam o setor alimentício da UE, desde competitividade a inovação, sustentabilidade, criação de valor e promoção de melhores relações comerciais.

Indústrias de Saúde¹

Um setor farmacêutico vibrante é essencial para alcançar um nível elevado de proteção da saúde pública e uma economia competitiva baseada no conhecimento. Em 2012, o setor valia **220 bilhões de euros** e empregava cerca de **800.000 pessoas** – cerca de **1,8% da força de trabalho** industrial total da UE. O setor farmacêutico também possui a mais alta taxa de produtividade no trabalho da UE. Atualmente, o sector é amplamente regulamentado a nível da UE, a fim de proteger a saúde pública e reforçar a competitividade da indústria através do desenvolvimento contínuo de um mercado único europeu para os produtos farmacêuticos.

Todos os medicamentos para uso humano devem ser autorizados a nível nacional ou da UE antes de poderem ser colocados no mercado da UE. Existem regras especiais para a autorização de produtos medicinais para uso pediátrico, medicamentos órfãos, fitoterápicos tradicionais, vacinas e ensaios clínicos. A UE criou a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) para ajudar neste processo, coordenando a avaliação científica da qualidade, segurança e eficácia dos

medicamentos sujeitos a um processo de autorização.

Uma vez que um medicamento tenha sido autorizado e colocado no mercado da UE, a sua segurança é monitorada ao longo de toda a sua vida útil. No caso de reações adversas que apresentam um nível inaceitável de risco sob condições normais de uso, o produto é rapidamente retirado do mercado.

Os medicamentos veterinários devem também ser autorizados a nível nacional ou da UE antes de serem colocados no mercado. Isto acontece para garantir o mais alto nível possível de saúde animal e a disponibilidade destes produtos em toda a UE. São aplicadas regras especiais específicas para garantir a proteção dos consumidores contra os limites de resíduos de substâncias farmacologicamente ativas utilizadas em animais destinados à produção de alimentos.

Engenharia Mecânica¹

A engenharia mecânica é um dos maiores setores industriais da economia da UE em termos de número de empresas, emprego, produção e geração de valor agregado. O setor é caracterizado por empresas familiares relativamente pequenas. A indústria de engenharia mecânica é um excelente exemplo de um setor da UE com bom desempenho econômico.

A importância do setor de engenharia mecânica pode ser facilmente percebida por seus números:

- Cerca de **3 milhões de pessoas** estão empregadas no setor na UE.
- A engenharia mecânica é responsável por **9,5% de toda a produção** nas indústrias de manufatura da UE.
- A Europa é o **maior produtor e exportador mundial** de maquinaria, com uma quota estimada de 36% do mercado mundial.
- O setor europeu de engenharia mecânica deverá crescer a uma taxa média anual de **3,8% nos próximos 10 anos**.

A competitividade da indústria depende de excelentes produtos inovadores, know-how e habilidades, bem como a capacidade de atender às necessidades dos clientes. Várias atividades da Comissão Europeia visam reforçar a competitividade da indústria, como a elaboração de regulamentos relativos a aspectos-chave do setor, incluindo diretivas para harmonizar as normas em áreas centrais.

Isto é importante para manter e expandir as atividades destes setores, especialmente no que se refere à importância econômica do setor como um todo, à posição da UE em relação aos concorrentes internacionais e ao nível das

exportações e da balança comercial. Nesse cenário, fortalecer a inovação e a pesquisa é vital, ampliando as oportunidades para pesquisadores e investidores do setor.

Têxteis, Moda e Indústria Criativa¹

As indústrias de moda, como os setores de têxteis e vestuário, calçados e couro, operam na interseção entre artes, negócios e tecnologia. Elas estão em uma posição estratégica para vincular a criatividade à inovação, em um momento em que a criatividade baseada na cultura é uma característica essencial da inovação empresarial na nova economia.

As indústrias culturais e criativas (ICC) estão no centro da economia criativa: intensivas em conhecimento, baseadas na criatividade e no talento individuais, geram uma enorme riqueza econômica e preservam a identidade, a cultura e os valores europeus.

As ICCs incluem uma série de subsetores, como arquitetura, arquivos e bibliotecas, artesanato artístico, patrimônio cultural, design, moda, cinema, alto padrão, música, artes performáticas e virtuais, publicações, rádio, televisão e videogames.

De acordo com um [estudo publicado em 2016](#), o aumento da competitividade das indústrias culturais e criativas em prol do emprego e do crescimento mostra que as ICC empregam mais de **12 milhões de pessoas** na UE, o que

representa **7,5%** do total de pessoas empregadas no total da economia. Elas são um importante contribuinte para a atividade econômica, representando **5,3% do total** do valor agregado bruto da UE e **4% do PIB nominal** da UE gerado por indústrias de alto padrão.

Turismo¹

O turismo é uma atividade econômica importante na União Europeia, com um impacto abrangente no crescimento econômico, no emprego e no desenvolvimento social. Pode ser uma ferramenta poderosa no combate ao declínio econômico e ao desemprego.

A política da UE visa manter a posição da Europa como um dos principais destinos turísticos globais, maximizando simultaneamente a contribuição da indústria para o crescimento e o emprego. Promove também a cooperação entre os países da UE, particularmente através do intercâmbio de boas práticas. A competência da UE no setor do turismo é a de apoiar e coordenar as ações dos países membros.

A Comissão Europeia trabalha numa série de iniciativas para diversificar e melhorar o leque de produtos e serviços turísticos disponíveis, abrangendo desde melhorias de acessibilidade ao turismo cultural. Além disso, o turismo sustentável é considerado essencial para garantir a competitividade da indústria europeia do turismo e recebe um forte enfoque

político, com medidas como o suporte à campanha de desenvolvimento de [rotas ciclísticas](#).

Práticas que visando a manutenção e a sustentabilidade da indústria europeia do turismo são, portanto, obrigatórias. Com um crescimento cada vez maior desse setor na economia global – gerando apenas em 2017 **US\$1,6 trilhão** em receita de exportação³ – o potencial econômico do turismo é claro. No entanto, seus impactos sobre locais históricos e naturais, economias regionais e infra-estrutura

local não devem ser negligenciados. Esses desafios, por outro lado, representam uma grande fonte de oportunidades para práticas e soluções inovadoras e tendem a aumentar consistentemente nas próximas décadas.

Referências:

¹ EC.Europa.eu

² Eurostat.eu

³ UN World Tourism Organization (UNWTO)

6. ABRINDO UMA ENTIDADE DE NEGÓCIOS NA UE

Introdução

Abrir uma empresa na União Europeia é um processo simples e pensado de modo a facilitar o empreendedorismo e a inovação. Apesar de **cada país possuir suas próprias regras**, as direções gerais são bastante diretas. Informações práticas e compreensivas a respeito das regras específicas de cada país, sobre temas como regulação, impostos, dentre outros, podem ser encontradas no site da [União Europeia](#) (todos os links listados nessa seção também podem ser encontrados na Seção 9).

O **primeiro passo** para abrir um negócio na UE é encontrar um ponto nacional de contato, ou Pontos de Contato Único (PCUs). Esses são portais governamentais na internet que permitem a provedores de serviços obter informações necessárias e completar processos administrativos online, e são administrados pela Rede EUGO de coordenadores nacionais.

Os PCUs fornecem informações sobre uma ampla gama de questões práticas, desde licenças e autorizações necessárias para iniciar um negócio até leis trabalhistas e sociais, regras e custos para a aplicação. O site da [Enterprise Europe Network \(EEN\)](#) fornece uma ferramenta rápida para ajudar a localizar o ponto de contato local mais adequado às suas

necessidades, bem como outras informações relevantes.

Start-ups

O processo para abrir uma start-up na UE varia dependendo do país. No entanto, a UE incentiva todos os países a cumprir certas metas para ajudar a criar novas empresas, incluindo¹:

- abertura em no máximo **3 dias úteis**
- custo de menos de **100 euros**
- procedimento completo feito através de um **único órgão administrativo**
- conclusão de todas as **formalidades de registro online**
- registro online de uma empresa em outro país da UE (através dos pontos de contato nacionais)

Existem vários sites e plataformas que te ajudam a abrir sua start-up na Europa. O portal [Start-Up Europe Club](#) fornece informações importantes sobre os principais tópicos, como possibilidades de networking, fundos e apoio da UE, como aumentar a sua exposição, eventos relevantes, entre outros. Sendo uma iniciativa da Comissão Europeia, o website é o ponto de partida para ligar os pequenos empreendedores aos ecossistemas locais de start-ups e lhes fornecer as informações das

quais necessitam para crescer e prosperar na Europa.

Pequenas e Médias Empresas (PMEs)

Pequenas e Médias Empresas (PMEs) são a essência da economia europeia. A [Recomendação da UE 2003/361](#) define os principais fatores que determinam se uma empresa é uma PME: o **número de funcionários**, e seu **volume de negócios ou balanço total** (aplicados somente a empresas individuais, ou seja, que não são parte de um grupo maior), como visto abaixo:

Categoria	Número de funcionários	Volume de negócios / Balanço total
Média empresa	< 250	≤ € 50 m / ≤ € 43 m
Pequena empresa	< 50	≤ € 10 m / ≤ € 10 m
Microempresa	< 10	≤ € 2 m / ≤ € 2 m

Este tipo de empresa, incluindo start-ups, representa **99%** de todos os negócios na UE. Nos últimos cinco anos, elas criaram por volta

de **85% dos novos empregos** e promoveram por volta de **dois terços do emprego total do setor privado** na UE¹.

Com isso em mente, a Comissão Europeia vem fazendo vários esforços para promover o espírito empresarial e fornecer as condições ideais para as empresas em toda a Europa. Dentre estes, a criação da [Lei da Pequena Empresa \(LPE\)](#) age como um quadro global para a política da UE para pequenas e médias empresas, proporcionando-lhes regulação fácil e clara, uma carga fiscal mais leve, promoção da inovação e acesso ao financiamento, entre outros.

A Comissão Europeia possui uma [ferramenta de autoavaliação](#) para determinar se sua empresa se qualifica como uma PME, e portanto pode obter as vantagens desse quadro especial.

Referências:

¹ Comissão Europeia

7. FINANCIAMENTO PARA NEGÓCIOS E PESQUISA

Algumas oportunidades de financiamento cobertas nesta seção podem ter restrições para cidadãos não pertencentes à UE. Certifique-se de informar-se sobre os requisitos para cada um!

Publicações ENRICH in Brazil com foco no financiamento da UE para europeus e financiamento do Brasil para brasileiros estarão disponíveis no futuro. Fique ligado!

Horizonte 2020

A importância da relação sinérgica entre negócios e pesquisa aumentou constantemente nas últimas décadas. Segundo o FMI, a pesquisa e o desenvolvimento, tanto de fontes nacionais quanto estrangeiras, figuram entre os fatores mais importantes para impulsionar a inovação em um país, com aumentos na produtividade seguindo um padrão similar.

Esta perspectiva é partilhada pela UE e as suas medidas para promover a pesquisa e o desenvolvimento ilustram isso. Com sua visão Open Innovation, Open Science, Open to the World (*Inovação aberta, ciência aberta, aberta ao mundo*), a UE estabeleceu metas de políticas focadas em i) abrir o processo de inovação a pessoas com experiências em outras áreas além da academia e ciência, ii) difundir conhecimento assim que estiver disponível

usando tecnologia digital e colaborativa, e iii) promover a cooperação internacional na comunidade de pesquisa.

As ferramentas para atingir esses objetivos são várias. O projeto mais importante, **Horizonte 2020** (H2020), é o maior programa de pesquisa e inovação da UE com quase 80 bilhões de euros de financiamento disponível ao longo de 7 anos (2014 a 2020)², fornecendo uma infinidade de oportunidades para pesquisadores de praticamente todas as áreas.

Apesar de instituições brasileiras **não serem diretamente elegíveis** para financiamento em todos os projetos, **vários requerem a participação de parceiros brasileiros**, e fornecem financiamento para brasileiros nesses projetos específicos. Além disso, um mecanismo de cofinanciamento assinado pela Comissão Europeia, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP), e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) fornece financiamento para projetos no âmbito do H2020 que podem interessar parceiros brasileiros. Esse mecanismo também descreve os passos operacionais necessários para o lançamento de chamadas coordenadas e a

combinação de projetos em áreas de interesse comum.

Todas as informações sobre os diferentes aspectos do programa podem ser encontradas em [seu website](#) (todos os links listados nessa seção também podem ser encontrados na Seção 9). Além disso, a Comissão Europeia possui uma página listando todos os [Pontos Nacionais de Contato](#) brasileiros, que também podem fornecer orientação, informações práticas e assistência para todos os aspectos da participação no Horizonte 2020.

Apesar do Horizonte 2020 acabar em 2020, o próximo programa de pesquisa e inovação europeu, [Horizonte Europa](#), já começou a estruturar sua abordagem e as negociações com a EU quanto a seus aspectos finais já aconteceram. Espera-se que o programa seja lançado oficialmente em 1º de Janeiro de 2021. Ele será um ambicioso programa de 100 bilhões de euros que deverá continuar a trajetória de sucesso de seus predecessores, oferecendo numerosas oportunidades para pesquisadores da Europa e de outros países. Os requisitos de participação serão semelhantes aos que se aplicam ao Horizonte 2020.

Financiando sua pesquisa

Outra importante plataforma oferecida a pesquisadores é a [EURAXESS](#), uma iniciativa pan-europeia ímpar para o fornecimento de

informações e serviços de suporte a pesquisadores profissionais. Ela oferece oportunidades para pesquisadores individuais que estão em busca de um emprego, bolsas, instituições anfitriãs, ou informação e assistência para alcançar seus objetivos de carreira. Com mais de **10 mil** posições de emprego disponíveis, e um número comparável de organizações registradas, a EURAXESS é uma ferramenta poderosa para encontrar diversas oportunidades para suas perspectivas de pesquisa, completamente sem custos. Mais informações a respeito da plataforma e suas oportunidades podem ser encontradas diretamente em seu site principal, ou na [página latinoamericana do EURAXESS](#).

O [Conselho Europeu de Pesquisa \(ERC\)](#) também fornece subsídios para pesquisadores desde 2007, com foco na consolidação de carreiras de pesquisa já bem-sucedidas na Europa. Sendo parte do Horizonte 2020, o orçamento total alocado ao ERC para o período 2014-2020 será de **€13,1 bilhões**, representando 17% do orçamento total do Horizonte 2020. Desde 2007, cerca de 8.000 projetos foram selecionados para financiamento entre mais de 65.000 aplicações, e beneficiários do ERC ganharam inúmeros prêmios de alto prestígio, incluindo **6 Prêmios Nobel, 4 Medalhas Fields, 5 Prêmios Wolf**, dentre outros. Todas as informações relativas a projetos financiados pelo ERC, incluindo dados estatísticos sobre

propostas avaliadas e projetos selecionados, bem como regras e como se candidatar aos fundos, podem ser encontradas no website do ERC.

Financiando seu negócio

As oportunidades de financiamento para empresas e empresários são múltiplas. O **financiamento da UE** está disponível para todos os tipos de empresas de qualquer dimensão e setor, incluindo empresários, start-ups, microempresas, pequenas e médias empresas e grandes corporações. Uma ampla gama de financiamento está disponível: empréstimos comerciais, microfinanciamento, garantias e capital de risco. Todos os anos, a UE apoia mais de 200.000 empresas².

A decisão de fornecer financiamento da UE será tomada pelas instituições financeiras locais, como bancos, capitalistas de risco ou investidores anjos. Graças ao apoio da UE, as instituições financeiras locais podem fornecer financiamento adicional às empresas.

Os vários programas de financiamento disponíveis mais uma vez deixam claro a importância de empresas inovadoras, com um forte foco em Pequenas e Médias Empresas com práticas inovadoras. O **Programa COSME** é especialmente projetado para fornecer financiamento às PMEs em todas as fases de seu ciclo de vida - criação, expansão ou

transferência de negócios. O programa, que vai de 2014 a 2020, com um orçamento previsto de 2,3 bilhões de euros, fornece garantias a pequenas e médias empresas para empréstimos principalmente de até EUR 150.000, além de apoiar os empreendedores ao fortalecer a educação para o empreendedorismo, oferecer mentoring, orientação e outros serviços. É necessária uma entidade jurídica europeia para acessar as oportunidades do COSME, mas a sua base jurídica permite que entidades de outros países participem em determinados projetos numa base de autofinanciamento. Informações mais detalhadas podem ser encontradas na [página web do COSME](#).

Parte do Horizonte 2020, o [Programa InnovFin](#) visa facilitar e acelerar o acesso ao financiamento para empresas inovadoras e outras entidades inovadoras na Europa. Trata-se de uma iniciativa conjunta lançada pelo Grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI e FEI) em cooperação com a Comissão Europeia e tem como principal objetivo simplificar o acesso a empréstimos e garantias a empresas inovadoras e financiar projetos de pesquisa e desenvolvimento. O programa não está restrito a PMEs, cobrindo todo o espectro, desde start-ups até grandes empresas privadas, instituições de pesquisa ou universidades.

O financiamento de PMEs do setor cultural e criativo é percebido como um desafio, devido às especificidades do setor e dos ativos intangíveis com os quais ele lida. Para cobrir essa lacuna, a Comissão Europeia criou o programa [Creative Europe](#), de modo a apoiar os setores cultural e criativo da Europa. Com um orçamento de €1,46 bilhões, o programa visa a manutenção a expansão da cultura e herança europeias através de vários aspectos, da literatura ao cinema e outras iniciativas audiovisuais.

A Comissão Europeia também oferece oportunidades focadas em grupos e regiões mais vulneráveis, visando a diminuição de possíveis disparidades na região. O [Programa para o Trabalho e Inovação Social \(EaSI\)](#) é um instrumento de financiamento a nível da UE para atingir esse objetivo. Um de seus três eixos, **Microfinanças e Empreendedorismo Social**, apoia o microcrédito e microempréstimos para grupos vulneráveis e

microempresas, além de negócios de empreendedorismo social.

Apesar da Comissão Europeia não financiar diretamente empreendedores ou empresas sociais, ela permite que os provedores selecionados de microcrédito e os investidores de empresas sociais na UE aumentem os empréstimos. As organizações que podem solicitar financiamento são órgãos públicos e privados estabelecidos em nível nacional, regional ou local e que fornecem microcrédito para pessoas e microempresas e/ou financiamento para empresas sociais nesses países.

Referências:

- ¹ International Monetary Fund – World Economic Outlook (April 2018)
- ² Horizonte 2020 website

8. REQUISITOS PARA VISTOS

Visto de viagem²

O Brasil tem um acordo de isenção de visto com mais de 90 jurisdições, incluindo a União Europeia. Isso significa que, **atualmente**, cidadãos brasileiros **são isentos da exigência de um visto** para adentrar o espaço europeu para uma estadia curta (**de até 90 dias**). Seu passaporte deve ter uma data de validade de no mínimo **3 meses** além da estadia pretendida.

Dos 28 países-membros da UE, 22 são parte da **Zona Schengen**, juntamente com outros sete países não-membros da UE (Islândia, Mônaco, Noruega, Liechtenstein, San Marino, Suíça e Cidade do Vaticano). Dentro da Zona Schengen, qualquer pessoa, **independentemente da nacionalidade**, pode cruzar as fronteiras internas sem serem sujeitas a fiscalizações. Esse sistema facilita fortemente o movimento internamente à UE e permite às autoridades focar seus esforços nas fronteiras externas, aumentando a segurança e a liberdade.

Os países da UE que não fazem parte do espaço Schengen (Bulgária, Croácia, Chipre, Irlanda, Romênia e Reino Unido) têm regras específicas para entrar no país. Para **cidadãos brasileiros**, não há necessidade de visto para entrar no Reino Unido e na Irlanda, enquanto Bulgária, Croácia, Chipre e Romênia autorizam

estrangeiros que possuem um **visto Schengen** (recebido na entrada à Zona Schengen) a entrar no país para uma estadia curta. Se você possui dúvidas quanto a sua viagem, contate o consulado do país para o qual você está indo viajar.

A partir de 2021, todos os viajantes brasileiros que desejarem visitar a Europa por negócios ou lazer deverão aplicar online para uma **autorização de viagem** junto ao Sistema Europeu de Informações e Autorizações de Viagens (ETIAS). O formulário de aplicação ao visto ETIAS será obtido através de um processo online simples, barato e rápido. Na grande maioria dos casos, uma autorização será obtida dentro de alguns minutos. O único document oficial que viajantes precisaram para completar a aplicação online é um **passaporte biométrico**, além de um endereço de e-mail e um cartão de crédito ou débito. Uma vez que o registro ETIAS estiver completo, enviado e aprovado, o document de autorização de viagem será emitido e **válido por 3 anos consecutivos**.

Visto de estudante³

Um **visto de estudante** é uma autorização que o governo do país designado concede aos alunos que **já foram aceitos** em um estabelecimento educacional certificado. Os cidadãos brasileiros que desejam ir estudar na Europa devem

solicitar um visto de estudante Schengen, bem como uma autorização de residência, caso o período do estudo seja superior a 90 dias.

Cada país tem regras específicas sobre os documentos necessários para solicitar um visto de estudante, por isso é importante verificar com a embaixada/consulado do país antes de se inscrever. Os requisitos usuais são:

- Formulário de aplicação preenchido;
- Fotos para passaporte;
- Um passaporte válido (com uma data de validade mínima de 3 meses além da estadia programada, e no mínimo duas páginas em branco);
- Documentação que prove como você pretende financiar sua estadia na Europa (bolsa, economias próprias, outras fontes de renda);
- Comprovante de acomodação;
- Seguro-saúde válido;
- Carta de aceitação da sua universidade;
- Comprovante de pagamento da taxa de processamento.

A submissão a um visto deve ser feita através do consulado ou embaixada do país em que você estudará. A autorização de residência geralmente é feita após a chegada, com as autoridades locais.

Visto de trabalho³

Se você conseguiu um emprego na UE, requerimentos similares aos de vistos de estudante se aplicam. No entanto, em vez de uma carta de aceitação da universidade, o **contrato de trabalho** entre o futuro empregador e o empregado é necessário, além de cópias de todos os possíveis vistos previamente concedidos (em geral disponíveis em passaportes antigos).

Novamente, cada país tem suas próprias regras quanto à aplicação, então é importante contatar o consulado/embaixada do país-destino para ficar sabendo de documentos potencialmente requeridos.

Visto de negócios³

Se você está viajando para a Europa por mais de 90 devido a motivos de negócios, seja representando uma empresa localizada no Brasil ou como um profissional autônomo, você vai precisar de um **visto de negócios**.

Adicionalmente aos documentos previamente mencionados, você precisará de:

- Um itinerário da viagem de ida e de volta, detalhando datas e números dos voos especificando entrada e saída da Zona Schengen;
- Uma carta de apresentação especificando as razões para sua visita;

- Uma curta descrição do seu local de trabalho/de suas atividades como autônomo;
- Uma carta-convite escrita pela empresa parceira na Europa;
- Para funcionários de uma empresa:
 - Uma carta de seu empregador, novamente expondo os propósitos de sua visita e itinerário;
 - Seu contrato de trabalho;
 - Um extrato bancário atualizado, dos os últimos 6 meses;
 - Uma permissão de licença concedida pelo empregador;
 - Sua restituição do Imposto de Renda ou um certificado que seu Imposto de Renda fica retido na fonte;
- Para profissionais autônomos:
 - Uma cópia de sua licença comercial;
 - Um extrato bancário de sua empresa, dos últimos 6 meses;
 - Sua restituição do Imposto de Renda.

Eu preciso de qual tipo de visto?

Como os requisitos para vistos podem variar de país para país, assim como a natureza de sua estadia na Europa, nem sempre se está claro qual é o visto mais adequado. A breve lista mencionada nessa seção fornece uma ideia geral dos documentos necessários, mas exceções podem ser aplicadas. Dessa forma, recomenda-se entrar em contato com o consulado ou embaixada do país-alvo no Brasil, para esclarecer possíveis dúvidas. Uma lista com os sites de cada embaixada da UE pode ser encontrada na Seção 9.

Referências:

¹ Europa.eu

² EtiasVisa.com

³ SchengenVisaInfo.com

9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Informações adicionais a respeito de todos os temas abordados nesse documento podem ser encontradas abaixo (em inglês):

Links úteis	
ENRICH in Brazil website	Link
INCOBRA website	Link
União Europeia	Link
Comissão Europeia	Link
Delegação da União Europeia ao Brasil	Link
Roteiro da cooperação em C&T entre Brasil e UE	Link
Cooperação Internacional Brasil-UE em P&D	Link
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	Link
Indicadores Econômicos	
Eurostat	Link
CIA World Factbook	Link
Abrindo uma entidade de negócios na Europa	
Guia prático da UE para fazer negócios na Europa	Link
Enterprise Europe Network	Link
StartUp Europe	Link
Questionário de autoavaliação para PMEs	Link
Horizonte 2020	
Horizonte 2020 website	Link
H2020 Factsheet	Link
H2020 Pontos Nacionais de Contato para o Brasil	Link
H2020 Programa de Trabalho 2018-2018	Link
Pesquisa de Parceiros (Comissão Europeia)	Link
Pesquisa de Projetos (Comissão Europeia)	Link
Observatório de Pesquisa e Inovação	Link
Horizonte Europa	Link

Outras oportunidades de financiamento

EURAXESS	Link
EURAXESS – Página da América Latina e Caribe	Link
Conselho de Pesquisa Europeu (ERC)	Link
Programa COSME	Link
InnovFin	Link
Programa para o Trabalho e Inovação Social (EaSI)	Link
Creative Europe	Link

Vivendo e trabalhando na Europa

Vivendo na UE	Link
Portal Europeu de Mobilidade do Trabalho (EURES)	Link
Políticas de vistos Schengen	Link
Schengen Visa Info	Link

Embaixadas de países da UE no Brasil

Alemanha	Link
Áustria	Link
Bélgica	Link
Bulgária	Link
Croácia	Link
Chipre	Link
Dinamarca	Link
Eslováquia	Link
Eslovênia	Link
Espanha	Link
Estônia	Link
Finlândia	Link
França	Link
Grécia	Link
Hungria	Link
Irlanda	Link
Itália	Link

Letônia	A Letônia não possui representação diplomática no Brasil, somente consulados honorários (Link)
Lituânia	Consulado-geral (Link)
Luxemburgo	Consulado-geral (Link)
Malta	Consulado-geral (Link)
Países Baixos	Link
Polônia	Link
Portugal	Link
Romênia	Link
Reino Unido	Link
República Tcheca	Link
Suécia	Link



CONTACT US AT:
brazil@enrichcentres.eu

ENRICH in Brazil is made possible with the support
of the CEBRABIC project and its partners



Fraunhofer Institute for Production
Systems and Design Technology (IPK)





Autores:

Fraunhofer Institute for Production Systems and Design Technology

Status:

Novembro 2018



ENRICH is an initiative of the European Union, executed in Brazil by the CEBRABIC project, that has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 733531. Responsibility for the information and views set out in this publication lies entirely with the authors.